



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 05 DE JUNHO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a presença do Vereador Nabil Bonduki, e eu, na presidência da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 14ª audiência pública ao PL 688/2013, referente ao ano de 2014, que aprova o Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo, conforme texto do substitutivo aprovado em primeira discussão.

Convido para compor conosco os trabalhos os Srs. Weber, Chefe de Gabinete da Secretaria; e Fernando de Mello Franco, Secretário.

Quem quiser se inscrever, inscreva-se para fazer uso da palavra.

Tem a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki, relator, para fazer comentários.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom dia a todos. Estamos aqui em mais uma das nossas infindáveis audiências públicas. Cumprimento aqui o Sr. Secretário. Essa é a 14ª audiência pública do ano de 2014. Estamos chegando a quase 60 audiências públicas, e acredito que estamos, nesse momento, numa condição muito boa, de estarmos finalizando esse processo. Estamos na etapa final dos trabalhos. Ontem pudemos dividir esse processo em três etapas na Câmara, sem contarmos toda a etapa realizada no Executivo, que foi também árdua, com oficinas e audiências até setembro, quando o projeto chegou à Câmara. Chegando aqui, houve a primeira etapa, com 45 audiências públicas no ano passado, que tiveram por base o projeto de lei original vindo do Executivo. Então, nesse primeiro processo, nesse primeiro momento, houve comentários, propostas e sugestões em relação ao texto original. Em decorrência disso, depois de sistematizar toda essa carga de escuta da sociedade, que gerou 45 relatórios, um de cada audiência pública sistematizada, de depois de ter feito o estudo do projeto, que contou com o apoio do centro de estudos da metrópole - todo esse material está disponível no site da Câmara - e a análise feita pelo meu gabinete e pelos demais Vereadores da Comissão, nós geramos um substitutivo, que está sendo distribuído aqui. Ele vigora desde o dia 2 de abril, quando foi publicado no *site*. Depois, foi entregue no dia 5, nas oficinas realizadas no Anhembi. É esse o texto sobre o qual nós estamos trabalhando ainda até

hoje. Ele foi aprovado na Comissão de Política Urbana. Portanto, transformou-se no substitutivo da Comissão de Política Urbana, e sem nenhuma emenda, sem nenhuma alteração, foi aprovado em primeira votação.

Então, nós estamos, desde o dia 5 de abril, recebendo contribuições sobre esse texto aprovado nessas duas instâncias. De lá para cá, geraram-se essas 14 audiências públicas realizadas. Essa é a última audiência pública que está programada, quando nós estamos afunilando, portanto, as questões polêmicas no início.

Também chamo atenção de que embora não regimental, nós solicitamos a todos os Vereadores que apresentassem propostas de emenda até os dias 20 e 21 de abril, que foram publicadas no dia 30 de abril. São 348 emendas que versam sobre vários assuntos do plano. Estão publicadas e, de certa forma, já foram analisadas por mim e por meu gabinete e, neste momento, estou consultando os demais Vereadores da comissão a respeito do que pode ou não pode e o deve ou não ser incorporado num texto final, onde elas já estão, de alguma maneira, organizadas. Então, nós temos a organização dessas emendas por artigo e por autor. Além delas, nós temos também todos os relatórios que estão no *site*, todos os documentos que foram entregues à comissão. São cinco pastas de documentos que também estão publicadas no *site*. Nessas várias páginas, há várias questões colocadas dentro desse processo.

Recebemos também contribuições do Executivo, propostas e sugestões. Ontem inclusive, os Srs. Fernando de Mello Franco, Secretário, e Weber, Chefe de Gabinete, fizeram referências a essas contribuições do Executivo, que também acredito já estão no *site*. Então, na verdade, o texto que temos que pretendemos apresentar aqui, no começo da semana que vem, contempla todos esses aspectos, que podem ou não serem incorporados. São textos que, em alguns casos, são composições. O texto não é exatamente o que foi sugerido, mas tem alguma mudança de redação necessária, para dar coerência ao projeto. Há pontos conflitantes no documento. Ontem e provavelmente hoje deverá continuar esse debate, sobre pontos convergentes. Há grandes convergências. Na questão ambiental, por exemplo, hoje são

poucas as questões que pairam alguma dúvida.

Em relação a outros aspectos, digo que são poucos os conflitos. Algumas questões estão sendo equacionadas e podem se contemplar parcialmente em certas propostas e reivindicações que estão sendo trazidas por diferentes segmentos. Há alguns pontos que estão ainda precisando de ajustes e acertos. Essa questão a respeito da ZER tem aparecido muito nas últimas reuniões, que tem a ver com o artigo 13. Esse é um dos pontos que tem despertado bastante controvérsia.

As audiências públicas feitas, desde o início de abril, ajudaram a consolidar e pacificar certos pontos. De certa forma, serviram também para que alguns pontos ficassem ainda precisando de alguma definição. Por isso, sob o meu ponto de vista, somos maduros para poder tomar uma decisão, fechar e votar o projeto. Todos os passos de um processo participativo, muito além de tudo o que foi feito, pelo menos, nesta Casa e em outros Legislativos do Brasil que eu conheço, foram cumpridos, com transparência necessária e interlocução com toda a sociedade, contemplando aspectos que a sociedade trouxe. É claro que não atendeu totalmente. Muitos segmentos falam: “Estamos de acordo com isso e isso, mas ainda falta alguma coisa”. O Plano Diretor não vai contemplar 100% de tudo e de todos. Seria impossível fazer isso. Há pontos de vistas diferentes. Há o ponto de vista, por exemplo, do Executivo, que vai de ter de executar. É um ponto de vista diferente da sociedade, que quer mais, e até mesmo do Legislativo.

Também não adianta colocarmos alguma coisa na lei e depois não vai acontecer na prática. Então, temos de ouvir o Executivo, que tem contribuído muito para o trabalho, dialogando permanentemente com a relatoria, outros Vereadores da comissão e a sociedade. Então, esse é um projeto da Cidade. É claro que o Executivo, que tem a responsabilidade de colocar isso, em prática, tem um papel importante, mas ele se alonga para além dos anos de uma gestão. Trata-se de um projeto estruturador da ação do Poder Público para esta e mais as próximas três gestões municipais.

Em função disso, é muito importante que possamos garantir que esse projeto possa contemplar os vários pontos de vista. O ponto de vista do Executivo é importante em alguns aspectos, por exemplo, de exequibilidade na realização de planos. Muitos querem que todos os planos previstos sejam feitos em um ou dois anos. Estamos fazendo um plano para 16 anos. Então, aquilo que não for possível ser feito num primeiro ou num segundo ano, poderá ser feito no terceiro ou no quarto ano. Não adianta colocarem um prazo que sem que haja capacidade de ser realizado. Então, temos de identificar o que é prioritário e o que pode ser menos prioritário. Dessa maneira, podemos organizar uma efetivação daquilo que se pretende.

Como tudo aqui está sendo gravado, todos terão acesso, de maneira transparente, a todo esse processo.

Muito obrigado e bom trabalho a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Fernando de Mello Franco.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Bom dia a todos. Assim como o Vereador Nabil Bonduki colocou, o Executivo tem acompanhado evidentemente todo esse processo de revisão do projeto de lei que enviamos pela Câmara. Publicamos, no nosso *site*, as nossas anotações e os nossos comentários sobre as emendas; e a própria relatoria da Câmara, mais uma vez, tentou manter o compromisso de transparência, que, desde o início, pautou o nosso trabalho.

As questões estão claras. Estamos precisando arbitrar os conflitos. As posições já foram anunciadas. Acredito que todos saibam exatamente quais são os direitos e as posições que cada um, na Cidade, está defendendo. Confirmo o que o Vereador Nabil Bonduki colocou. É o momento de fazermos esse arbítrio e tomarmos essas decisões.

Entendemos que o Plano Diretor não se encerra nele mesmo. Mais uma vez, sabemos que ele só terá sentido e validade se uma série de outras coisas o acompanharem, seja só a regulamentação, sejam outras leis complementares necessárias.

Ao mesmo tempo que estamos acompanhando esse processo de debate do PDE no Legislativo, estamos trabalhando na construção das ferramentas e na *expertise* do próprio Poder Executivo na implementação disso. Então, o Código de Obras está sendo já debatido e capitaneado pela Secretaria de Licenciamento. Todo o processo de zoneamento e da metodologia de revisão do zoneamento está sendo elaborado e fechado, para que possamos, na sequência, conduzir esse debate, que é fundamental como algo complementar. No âmbito do Executivo, estamos ensaiando e vendo quais são os gargalos necessários na própria capacidade do Executivo, de regulamentação e implementação das propostas que estão sendo colocadas no Plano Diretor. Isso é algo muito importante, senão, mais uma vez, vamos ter uma peça escrita, que, entretanto, não se faz concretizar. Então, esse é o nosso compromisso. De fato, acreditamos que há urgência nessa nossa tomada de decisão, para que possamos agregar, relacionar e articular ao Plano Diretor os demais instrumentos necessários para, de fato, empreendermos uma política de transformação e qualificação da cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Convido para compor a mesa conosco o Sr. Mauricio Lopes, Promotor da Justiça e Urbanismo. Esta Casa reconhece a importância do seu papel no acompanhamento da tramitação dos projetos aqui. O Ministério Público faz-se presente na pessoa do Sr. Maurício permanentemente aqui conosco, que tem contribuído muito. Temos de fazer justiça, agradecendo, de público, o seu empenho em estar sempre aqui conosco.

Vejam aquela linha amarela. É a Sezefredo Fagundes, que sai de São Paulo. Tem 25 quilômetros, entra em Mairiporã e vai embora; mas é a única saída que há para Fernão Dias, na zona Norte. A zona Norte é tão excluída nesse espaço que vai de Santana, Tucuruvi e Jaçanã, que ontem brincando, disse: Poderíamos anexar esse espaço a Guarulhos. Talvez fossem muito mais felizes do que sendo periferia de São Paulo. Não há nada lá. É uma região absolutamente isolada, como o extremo sul de São Paulo. O que há lá é zona rural, a

Cantareira. O que está, em laranja, é zona rural. Estamos propondo ao Governo para que transformemos parte da Sezefredo Fagundes numa área de incentivo, como acontece com a Raimundo Pereira de Magalhães do outro lado, a Noroeste de São Paulo. Aqui seria um espaço de incentivo Nordeste, para que essa área, que hoje ainda tem condição de haver requalificação do viário, alargamento de vias - ainda há condições, porque, em boa parte dela, não há nada construído em um dos lados - possa, no futuro, ser uma saída da zona Norte para a Fernão Dias, havendo proximidade com o rodoanel etc.

Aí estão os eixos e as macrozonas da Cidade de São Paulo e o esquecimento da zona Norte, onde não há nada. Quando falo Norte, falo de Santana, Tucuruvi e Jaçanã. Há as estações de metrô e a música de Noel Rosa. Mais nada.

Vejam a exclusão. Aqui está todo o sistema dos eixos de estruturação e transformação urbana previstos. Para lá não há nada. Nós que colocamos a linha amarela, que é a Sezefredo Fagundes. Não queremos invadir a área da Cantareira, e jamais atravessar o limite do verde, mas, até que saia daquele ponto, essa é uma proposta. O sistema de áreas protegidas verdes vai até nas áreas protegidas.

Há as ações prioritárias do sistema de abastecimento de água na Cidade toda. Lá está absolutamente excluído. Há uma estação de esgoto lá. Quanto ao sistema estrutural, aqui estão as prioridades do sistema viário estrutural do transporte público. De novo, vejam que não ficou nada para lá.

Novamente o desenho vai se repetindo. Há ações prioritárias do sistema viário estrutural. Aqui estão as ações prioritárias do sistema de equipamentos urbanos. Ali embaixo é um CEU. Só isso, mais nada. Também não há hospital público. O último fica no Mandaqui. Há uma Santa Casa no Jaçanã, o São Luiz Gonzaga, que é o hospital que a Santa Casa administra lá; mais lá. O Presidente quer uma fábrica de veículos na época do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. É um hospital que está permanente no limite da qualidade de atendimento, com problemas seríssimos, na esquina da Nova Cantareira.

Sr. Fernando, qual é a nossa sugestão, para que possamos aprimorar esse assunto? Se juntássemos a Sezefredo Fagundes, de onde ela está vindo, com um pedaço de três quilômetros da Nova Cantareira de cima para baixo, Artur Guimarães, Dr. Juquim e três quilômetros da Voluntários, saímos da Marginal.

Portanto, a ideia é levar isso adiante. Apresentamos ontem e estamos tentando tratar esse assunto, para que deixemos desenhado aqui uma via com incentivo, que sai da Marginal até à Fernão Dias, já construída. Já existe. É só fazer aprovamos. É só constar, no plano, uma área que possa atender à região Nordeste da cidade de São Paulo, porque a Noroeste está atendida pela Raimundo, pelo eixo da Anhanguera e fica muito mais tranquilo se conseguirmos sair por aqui também pela Fernão Dias. Não há impacto sobre o verde e não se ultrapassam os limites da área da Cantareira. É exatamente só dali para baixo, mas é uma forma de estarmos na Marginal; e quem tiver de subir e passar até a Fernão Dias, não terá de fazer toda a volta na Cidade. Essa é uma das formas interessantes que nós encontramos. É uma proposta que vamos discutir na Casa e tentar levar adiante, para que possamos deixar planejado eventualmente um eixo Nordeste, de incentivo para a região Norte de São Paulo.

Vamos discutir isso depois com os colegas Vereadores que atuam na região. Essa é uma proposta para a Cidade. O que nos prende a essa situação é que, durante mais de duas décadas, trabalhamos na Voluntários da Pátria. Eu trabalhei no São Camilo de Santana. Sou fundador do hospital. Eu fiquei, por 20 anos, na diretoria daquele hospital, e vimos a dificuldade que é chegar até lá e depois sair de lá, isso porque estávamos na Voluntários. Nós chegamos lá bem antes do metrô e do *Shopping* Norte. Então, as coisas começaram a partir daí. Acima da Voluntários, não há mais nada. Quem aqui for na região do Clube do Guapira, sabe que, para voltar, é uma viagem enorme. Quem está lá, se puder sair pela Fernão Dias, naturalmente estaria na Cidade em poucos minutos pelo eixo da própria Fernão Dias.

Depois vamos discutir esse assunto. É lógico que estamos no final de um processo, mas ele já está muito próximo de ser tratado, porque, na verdade, é um eixo que tem uma

lógica: Sezefredo, Nova Cantareira com três quilômetros, um pedacinho da Artur Guimarães, Dr. Zuquim e três quilômetros da Voluntários. Assim, já estamos lá. Com 30 quilômetros, fazemos praticamente uma ligação Nordeste na cidade de São Paulo.

Gostaria muito de poder atender a essa região da Cidade, que é bastante excluída. Quanto à região Norte, pelo fato de termos um carinho especialíssimo pela Cantareira, lamentavelmente, degradado, ao longo do tempo, por haver um parque estadual, que funciona hoje muito bem e hoje está mantido - é diferente falarmos da Serra da Cantareira - quem conhece a região, sabe o quanto ela está preservada. É importante não deixarmos que nada disso possa comprometer o nosso verde da região; mas, daquele espaço para baixo, é responsabilidade de o município melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

Tem a palavra a Sra. Ana Júlia Dietzsch, da DBB Arquitetos.

A SRA. ANA JÚLIA DIETZSCH – Bom dia a todos. Eu sou arquiteta e urbanista, formada pela FAU em USP e, na Harvard, nos Estados Unidos. Há mais de quinze anos participo de vários projetos de arquitetura na minha vida profissional e projetos urbanos, inclusive o projeto do Museu e do Memorial de 11 de setembro nos Estados Unidos, em Nova York, no marco zero; além da Praça Vitor Tive(?).

Como urbanista, parablenizo o projeto de lei e o texto do Plano Diretor. Comprometo-me a ajudar a consolidá-lo na minha prática profissional. Falarei de outro projeto, do qual participei e sou responsável, do Parque Linear do Córrego Verde da Vila Madalena. Esse projeto foi objeto de uma proposta para o novo plano. Essa emenda pede a retirada do parque dos planos e mapas municipais. O Rio Verde, por onde passa esse parque, não existe.

Relevadas as denominações legais e burocráticas, todos sabem que, na Vila Madalena, há muitas enchentes. Sofremos com isso. Debaxo da vila, demos um apelido, de inundações relâmpagos, que têm uma força e uma rapidez muito grande. Elas acontecem de uma forma muito violenta. Elas arrastam carros, árvores, pessoas, causando danos materiais e imateriais muito grandes e colocam essa população em situação de risco constante. Todo

verão a gente tem problema nessa região.

O projeto do Parque linear do Córrego Verde tem como objetivo principal a questão dos nossos rios ocultos e das enchentes. Foi feito em colaboração com a Secretaria do Verde e divulgado pelo *Diário Oficial* em colaboração com Seurb, CET, SMDU e com uma equipe de Engenheiros da Poli, especializada em drenagem. O projeto tem como objetivo o uso direcionado a pedestres e ciclistas, o uso recreativo e comunitário, a história do rio e da sua importância, o uso de técnicas hídricas e de drenagens alternativas, o uso de vegetação nativa ciliar e o papel educativo e informativo para a população dessas questões.

O processo desse projeto começou com alguns *workshops* participativos, a gente teve participação mais de 150 pessoas para perguntar e saber as ideias e programas que deveríamos atender nesse parque. Temos abaixo assinados com quase mil assinaturas em apoio a esse parque.

Já fizemos vários eventos de apoio a esse parque. Em 2003, tivemos uma festa na rua com mais de 2 mil pessoas na rua apoiando na região do parque. Com a divulgação da emenda, tivemos uma aderência em menos de 2 dias de 8 mil pessoas no facebook, chateadas com essa emenda e com o pedido de retirada do parque.

Então, é por isso que venho aqui, em nome desse grupo e em meu nome, para pedir a retirada dessa emenda, e dizer que conto com o apoio de todos os Vereadores para que isso seja feito.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Ana, só uma pergunta, um esclarecimento a todos aqui. O Córrego tem leito?

A SRA. ANA – É um córrego canalizado, que historicamente está em todos os mapas de São Paulo. Ele é um dos nossos rios ocultos. Agora, as enchentes são muito verdadeiras, e córrego ou não, denominado ou não como rio é um problema efetivo e que as pessoas sofrem na pele de uma maneira muito violenta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - A próxima é a Ana Carolina Vargas, Pró Campo Belo. (Pausa) As inscrições já estão encerradas.

A SRA. ANA CAROLINA VARGAS – Olá, bom dia a todos, ilustres participantes da Mesa. Sou Ana Carolina Vargas e estou aqui em Pró Campo Belo. O bairro do Campo Belo vem sofrendo por muitas coisas. Vou entregar uma apostila para cada um (Pausa) sobre as dificuldades que o Campo Belo vem enfrentando sobre o engessamento do artigo 13.

Ele transforma as zonas estritamente residenciais, num pesadelo para muitos dos moradores dessa região. Primeiramente, conto um caso na apostila sobre um empresário, comerciante, que está na zona lindeira da Avenida Bandeirantes. Ali é considerada uma zona estritamente residencial por conta de uma liminar. Essa liminar foi movida por um só morador da MoviBelo, e ele conseguiu paralizar e engessar praticamente o bairro inteiro.

A Jesuíno – que é uma avenida movimentada -, nos três últimos quarteirões, é estritamente residencial por conta disso.

O que estamos pedindo é que o inciso II dê a função social para cada residência ali. É uma zona estritamente residencial, mas muitas pessoas pagam o IPTU comercial e estão com dívidas homéricas. Fora que ninguém vai morar de frente para a Bandeirantes, na Constantino e a Jesuíno também não tem condições, porque lá passam mais de oito linhas de ônibus.

O caso é bem específico porque o artigo 13 no inciso II não abre brecha para a gente tratar caso a caso. Se é para tratar com igualdade os iguais e desigualmente os desiguais na medida da desigualdade, a gente tem que ser mais certo com a função social da propriedade.

A função da cidade é proteger a função social da propriedade também. A gente paga impostos e há várias pessoas com problemas de moradia. O que acontece nessa zona é que as pessoas que moram na rua invadiram as residências que já estão abandonadas há muito tempo, porque é impossível morar lá e não se pode ser um comerciante ali.

Enfim, eu gostaria de pedir que houvesse uma flexibilização nesse sentido, o que irá ajudar e, certamente, todos os movimentos estão tentando achar o melhor para a gente.

Era isso o que eu queria alegar.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vou pedir para juntar esse material ao material da Comissão. Depois, a Secretaria pode juntar aos nossos materiais que estamos recebendo aqui.

Ana, você deixe protocolado com a Secretaria.

Está presente conosco o Vereador Alfredinho, Líder do PT, a quem convido para compor a Mesa.

Tem a palavra a Dra. Graça da Pro Zona Especial Aeroporto.

A SRA. GRAÇA – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa. Quero ser o mais breve para simplificar. Acho que a gente tem que falar por todos. Sou do Campo Belo, mas estou solidária a todos os problemas de São Paulo. Nós temos que nos unir.

O que vou esclarecer – e conto com o apoio de todos, dos Vereadores – é que artigo 13, que vem sendo falado, até a Dra. Carol já falou, mas vou falar do meu jeito.

O artigo 13 se torna muito radical, e nós não estamos para o radicalismo. Temos que ser flexíveis. Cada caso é um caso. Cada bairro tem seus problemas.

Então, esse artigo 13, realmente, bloqueia tudo. Se você tem no seu bairro um problema de zoneamento, ali, específico, e se você tem esse artigo, como você vai flexibilizar aquela situação? Entendeu? Então, não pode haver radicalismo. Temos de progredir. Não podemos retroceder, e com esse artigo 13 nós estamos retrocedendo. Não é verdade? Estamos aqui para quê? Blá-blá-blá? Não. Temos de ser objetivos.

Então, peço aos Vereadores e a todos que estão mobilizados que, agora que está na reta final, verifiquem que, em toda grande São Paulo, os bairros precisam ter vida própria. O que é vida própria? Vou dar um exemplo do meu bairro. Muitas coisas você tem de ir a outro bairro, porque lá não temos. Não há consultório médico, não há uma clínica médica. Aí você vai para Moema, para Vila Mariana. Você está lá no seu bairro e, com esse problema de trânsito, é um horror. Cada bairro tem de ter sua flexibilidade, seu comércio. As pessoas precisam viver.

Tudo bem, temos de pensar na comunidade, que está precisando de moradia. Isso, com certeza, mas temos de pensar que, se tivermos mais autonomia nos nossos bairros, podemos progredir mais, evitar o trânsito. Quantas vezes tenho de sair para ir a Moema e a outros lugares quando preciso de alguma coisa? O artigo 13 bloqueia tudo.

Gente, temos de colocar a mão na consciência. Os Vereadores têm de fazer alguma coisa, e não ficar na base da política: “Ah, vou atender você”. Aí, quando sai a lei, você vê que nada foi feito, muito pouco. Eles falam: “Ah, tem de ser a lei de zoneamento”. Tudo bem, vamos preservar, sim, as áreas verdes, vamos, mas com critérios.

Como meu tempo já está acabando, quero falar sobre a Constantino de Souza, Vereador, que é esquina com a Bandeirantes, onde o comércio está trabalhando de maneira irregular, e nessa própria Avenida há uma pizzaria. É o pedido de um comerciante. Sou conselheira participativa de Santo Amaro. Sou representante de Campo Belo, e eles pedem para que eu fale.

Sobre a Zona Especial do Aeroporto, a Lei 13.885, de 2004, da Marta, regulamentava o comércio ao redor do aeroporto, mas essa Lei não foi regulamentada. Então, a maioria do comércio ali trabalha com as portas fechadas, porque em 2003 eles transformaram a Zona Especial do Aeroporto em residencial, e nunca foi residencial; 90% são comércios, e 10% de residência. Então, tudo isso precisa ser revisto agora, vamos batalhar para isso. Agradeço e peço desculpas por minha maneira mais direta de ser. Obrigada e um bom dia para você.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Agradeço a todos que estão fazendo uso da palavra e peço pela manutenção dos 3 minutos, porque temos 37 inscritos hoje.

Baixo Ribeiro, do Instituto Choque Cultural.

O SR. BAIXO RIBEIRO – Bom dia a todos. Também sou arquiteto urbanista e trabalho com educação já há mais de 15 anos, sempre o eixo educação, arte e urbanismo. O Instituto, fundado há 5 anos, tem a vocação de pensar a Cidade de um jeito diferente, usando

sempre a arte. E produzimos programas para educação no ensino médio, porque trabalhamos com professores de escola de São Paulo e de outras escolas do Brasil, e também temos muito interesse em ampliar a discussão do exercício da cidadania dentro das escolas, e estender o ambiente do aprendizado também para a Cidade, revendo o uso do espaço público como uso privilegiado para educação.

Venho, na verdade, prestar dois apoios, um ao próprio Plano Diretor, como está escrito, até porque acho que os detalhes das discussões, aquilo que não foi exatamente escrito como todos queriam ou os pontos pendentes são, de alguma maneira, importantes, mas temos um momento pós-aprovação do Plano, que é o da implementação. Acredito que também haverá dificuldade para conseguirmos implementar pontos que achamos importantes para a Cidade e para o seu desenvolvimento.

Nesse ponto, tenho desenvolvido alguns métodos que, provavelmente, podem ajudar na formação dos planos de bairros, que acho que é onde, de fato, vai acontecer a participação mais forte das comunidades em torno dos eventos locais e que vai fazer com que a implementação ganhe força.

Venho também pedir apoio ao Parque Linear Rio Verde, o qual Ana acabou de explicar, e pela retirada da emenda que é contra o Parque. Só que venho por um outro viés, o do grafite, que não é um assunto que faz parte desse universo urbanístico abordado pelo Plano Diretor, mas que não pode ser desprezado em uma Cidade como São Paulo, que tem a arte urbana como uma das suas marcas e que agrega valor à própria marca São Paulo, internacionalmente conhecida e valorizada.

Pontos como os becos do grafite da Vila Madalena e toda a Vila Madalena são reconhecidamente importantes em âmbito internacional, e é impossível não pensar que precisamos, de alguma maneira, reforçar essa imagem, valorizá-la, qualificar ainda mais culturalmente todo esse processo que toma conta da Cidade, o processo da arte urbana.

Nesse sentido, a criação do Parque Linear, a instalação do Parque Linear do Rio do

Verde seria simbólico e daria, realmente, uma direção positiva em relação à arte aqui em São Paulo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Michel Petrigs, do Movimento ULC Zona Leste.

O SR. MICHEL PETRIG – Bom dia a todos os presentes. Atuamos em movimentos sociais na área de habitação, na assessoria técnica de movimentos sociais na área de habitação, e o nosso ponto é bastante objetivo. Ele está situado na zona Leste, é um conflito no artigo 19 em relação ao mapa de zoneamento das ZEIS. Fizemos um material, vou protocolocar na Secretaria.

O resumo básico é o seguinte: no artigo 19, cita-se que somente naquela área poderia ser feita uma ZEIS 4. Nos mapas de ZEIS daquela mesma região, está caracterizado como ZEIS 2 os empreendimentos que estamos pleiteando e está submetendo na Sel para aprovação. Então esse conflito da nossa sugestão, é que basicamente esse conflito seja resolvido com a inclusão, como já havia, antes no texto original do Executivo, a inclusão das Zeis 2, dentro das áreas de habitações de interesse social e nas áreas do artigo 19.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Se eu entendi, o senhor está sugerindo que haja inclusão dos Zeis-2, em áreas onde estão demarcadas como Zeis-4, por ser Zepam?

O SR._____ - São áreas, o Art. 19, é o artigo que trata das macroáreas. É que tem um conflito no substitutivo, onde temos uma macroárea de controle e qualificação urbana e ambiental, e tem um conflito na mesma área no mapa do substitutivo as mesmas áreas estão gravadas como Zeis-2, porém, no texto, da macroárea de controle e qualificação urbana e ambiental, ele não contempla as Zeis-2, só contempla as Zeis-4. E para você elabore e trabalha um projeto habitacional de interesse social que os movimentos já desenvolvem no local, teríamos de ter essa qualificação de Zeis2 nesse local, preservado o mapa que contempla as áreas como Zeis-2.

O SR._____ - Apenas uma observação. No conflito, entre o texto

e o mapa prevalece o texto, legalmente, é sempre assim?

O SR. _____ - – Isso. Prevalece o texto. Como prevalece o texto, a nossa solicitação é que contemplamos nessas áreas, também, a possibilidade de Zeis-2, quando da apresentação de projetos de HIS- Habitação de Interesse Social.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Ok. Vamos discutir isso, o Dr. Mauricio tem acompanhado isso com muito carinho, e temos tomado o cuidado muito grande, olhando com uma lupa, bem de perto, para que não possamos agredir o verde, na Cidade de São Paulo. É lógico que as taxas de ocupação, e todo processo que envolve a Zepam, ou envolve Verde, envolve Zeis-4, temos uma agressão menor, que quando utilizamos Zeis-2. Esse assunto, será tratado, deixo protocolado para que possamos, não somos nós que vamos decidir, vamos passar para o grupo técnico. Estou perguntando para podermos tirar dúvida, com relação a sua fala.

O SR. _____ - Essas áreas, hoje, como áreas de preservação ambiental, elas estão, hoje, basicamente descaracterizadas, no âmbito da preservação ou de mata ou de regeneração de mata. Os projetos, também, contemplam uma densidade de ocupação bastante, ou seja, a densidade é bastante baixa na ocupação dos projetos. Essa é a nossa colocação, uma vez que atenderiam uma demanda muita grande daquela região, na operação e é um projeto de faixa 1, de minha Casa minha Vida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Presente, aqui conosco o nobre Vereador Ricardo Nunes. Com a palavra o Sr. Paulo Guedes.

O SR. PAULO GUEDES – Bom dia a todos os presentes. Sou Munícipe da Bela Vista, o ator Paulo Goia. Gostaria de lembrar a essa audiência publica, que quando falamos de educação nos esquecemos de que a educação sempre foi péssima nesse País. Primeiro porque ela sempre foi pensada para as elites abastadas e para as classes sociais privilegiadas em todos os sentidos. A diferença, é que as pessoas como eu, cujo pai teve a chance...

A diferença é que as pessoas como eu, cujos pais tiveram a chance de obter

diplomas da Universidade de São Paulo, me permitiram até mesmo aos nove anos de idade morar em Budapeste, porque meu pai era um Delegado da Juventude Internacional. Até consultaram um fichário em ordem alfabética numa biblioteca, porque eu tinha uma em minha casa.

Na escola pública – péssima -, onde fiquei decorando os afluentes do Rio Amazonas, já cheguei com uma cultura assimilada e digerida na minha casa. Cultura é o que os homens produzem e ela deve ser, assim como todo o saber, compartilhada. O que se está propondo hoje é uma Cidade onde esse saber todo seja compartilhado e assimilado por todos indistintamente. Não é mais possível imaginar alguma lei que negue isso.

A ideia, a imagem aqui, hoje, é que de certa forma, assim como eu que tive, todos devem ter, em suas casas, uma biblioteca. Todos devem poder, nesta Cidade, se tornar cidadãos, todos seres políticos. No final das contas, estamos propondo, muito tarde, é que o meio ambiente e a cultura – que são de todos – sejam para todo mundo e não de alguns. Isso deve ser compreendido e, sem mais delongas, aprovado.

Chega de uma Cidade que segregou. Herança maldita de uma colonização que só nos ensinou a ir reclamar para o bispo. Decretou-se que Deus estava morto no final do século XIX. Veio o século XX, quando então se começou a construir esta Cidade que hoje temos e entronizou-se o Deus Economia.

Comemoramos o centenário da Guerra de 14 a 18. Deveríamos era descomemorar. Sair das trincheiras, nos sentar e trocar ideias. Ninguém mais nesta Cidade pode admitir que isso perdure. Na fachada do imóvel onde nasci e que hoje gostaria muito que estivesse aberto a todos, pois tento, desesperadamente, há doze anos, transformá-lo num espaço cultural, coloquei o verso do Brecht que diz: “Toda história bem contada é porque foi mal compreendida.” Vamos contar a história de verdade, num espaço de Cidade de verdade, contada por todos porque ela pertence a todos.

Temos a chance única de sair das trincheiras. Não vamos, até porque não

podemos mais, perder o bonde da história.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Confra(?) São Paulo, Trabalho e Empreendedorismo. Venho cobrar aqui dessa Comissão, porque essa é a 59ª audiência pública, que se diz assim, porque para nós não é audiência, mas sim uma verdadeira consulta, porque não houve uma devolutiva para os munícipes que apresentaram suas propostas. Os seus direitos estão sendo ludibriados.

Nós apresentamos, em 50 audiências públicas, a tese de elevação da geração de emprego nos bairros da zona Leste e da zona Sul, até agora não recebemos nenhuma devolutiva e o Prefeito encaminhou um projeto na zona Leste, que foi aprovado nesta Casa, de isenção. Por outro lado, também apresentamos a tese da cota de solidariedade, que também não recebemos resposta em outras ações.

A única resposta, como proposta vamos colocar aqui nesta Comissão, que se faça pelo menos uma audiência pública para fazer a devolutiva das propostas que foram apresentadas durante a temporada desta quinquagésima até nona audiências públicas. Teve em abril lá, mas foi totalmente mentira, esta Casa investiu fortuna em propaganda e lá, naqueles dois dias, acabou ludibriando todo mundo.

A única devolutiva que recebi aqui é que o Governador distribuiu junto com o Vice-Governador e o Kassab. Do Kassab já caiu a casa, porque a Justiça já cassou o direito dele, vai ser um ladrão a menos aqui para roubar o povo de São Paulo e do País. Ele fez a distribuição de mais de 627 milhões roubados pelo Presidente desta Casa, o Vereador Claudinho, que é do PSDB e os Vereadores da Mesa Diretora que é para ratear entre 46 Vereadores, inclusive 12 milhões de propina na Assessoria Militar.

No dia 23, eu denunciei o Geraldo Alckmin numa audiência pública, fazendo um trabalho na biblioteca sofreu uma operação militar. Não reagiu e acabaram me roubando cerca de

R\$5.450,00, da Central que eu estava constituindo. Onde acabei de denunciar, não reagi, sai daqui algemado da Câmara como se fosse bandido. Esse mesmo sargento induzia, a operação mandada pela Mesa Diretora e a presença desta Casa, induzia na delegacia a fazer um B.O. como se eu fosse um criminoso.

Eu assinei lá que fui furtado, mesmo, vou entrar no Ministério Público Estadual, vou entrar no Federal, vou entrar na Polícia Federal para investigar a propina que entrou aqui e vou pedir no Supremo toda a abertura dos processos desta Casa, que o ex-Prefeito Gilberto Kassab distribuiu propina nesta Casa, através da Controlar e de outras empresas.

É o que eu tinha para dizer. Obrigado pela palavra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado, Laerte. Valdemir Lopes, da Abracare.

O SR. VALDEMIR LOPES - Senhores membros da mesa, bom dia, da Comissão PDE de São Paulo, senhores munícipes. Meu nome é Valdemir Lopes, sou representante da Associação Brasileira das Casas de Repouso para Idosos e LBIs.

Nós temos uma situação, aqui na cidade de São Paulo, uma dentre muitas outras, logicamente, que precisa que a gente a resgate e estar se preparando para o futuro. Porque a realidade, como disse o nobre, a pessoa que falou aqui a respeito do passado que restringiu bastante as nossas participações de movimentos, isso é uma das realidades que pode também estar acontecendo hoje e cabe a nós, democraticamente, estar colocando os pontos onde precisam realmente de mudanças.

Mas precisa de mudanças não para uma categoria ou só para uma área, mas para todo mundo, para a cidade de São Paulo e seus habitantes, para que melhore a vida, não só nossa, mas dos nossos filhos e dos nossos netos, já que esse Plano Diretor é para 16 anos e 16 anos é muita coisa para frente, para a gente poder estar acertando hoje.

Mas nós, das Casas de Repouso, queríamos colocar uma observação muito importante que já no passado deveria ter feito, que é cuidar de nós mesmos e da nossa família.

O problema é que a população, logicamente, hoje vive mais, o idoso vive mais, as pessoas precisam trabalhar mais e os idosos hoje, infelizmente, nas cidades grandes às vezes ficam sem o cuidado especial.

Só para terem uma ideia, aqui na cidade de São Paulo, vamos falar especificamente, temos cerca de 1.300 a 1.400 casas de repouso. E dessas cerca de 500 ou 400 delas são 100% legalizadas em Covisa e, inclusive, com licença de funcionamento. Isso porque há um engessamento dentro do plano diretor, lá atrás, talvez por uma falta de entendimento ou talvez por uma falta de esclarecimento, essas casas de repouso são consideradas como comércio dentro das zonas residenciais.

Ora, amanhã vou ser idoso. Todos vão ser idosos e nossos pais hoje já são idosos. O melhor lugar para um idoso, em qualquer cidade do mundo, não só em São Paulo, são as ZERs, as zonas residenciais e não em zona mista, comercial ou corredor urbano. Vamos dar tiro no nosso próprio pé.

Então hoje mais do que nunca pedimos – e é muito importante esse acompanhamento da sociedade – que se tratem esses idosos não como um comércio, mas sim como pessoas que precisam estar em um local com 24 horas de tratamento que nós, os filhos, não temos condições de fazer isso em casa e então o deixamos numa residência, numa moradia.

Há um substitutivo hoje, o artigo 33, das ZERs, que diz ser exclusivamente residencial, é aí que temos de estar. Os idosos e as casas de repouso não podem ser tratados como comércio. Logicamente estamos olhando por uma questão comercial e a instituição de longa permanência de idosos deve estar dentro das ZERs. É imprescindível que esse plano diretor saia com essa questão importantíssima para os idosos da cidade de São Paulo.

Agradecemos e contamos com o apoio de todos para que se tenha essa clareza. Vamos fazer a lei para nós todos da Cidade e para os nossos idosos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. João Rogério, Jardim

da Saúde, Bairro Melhor.

O SR. JOÃO ROGÉRIO – Bom dia a todos. É uma honra estar presente, parablenzo toda a Mesa. No nosso bairro quem tem de se preocupar é quem mora lá, então Promotor, eu sou Artista Plástico por profissão e agora estudo Direito, e antes de estudar Direito eu achava que a função do Promotor era acusar. Eu não sabia, pensava que era um advogado de acusação e hoje sei que o Promotor é um fiscal da lei. E a lei protege os direitos e o direito fundamental que temos é o da democracia e por isso o artigo 13 está sendo antidemocrático.

Passamos por mais de 20 anos de Ditadura e esse regime tolheu nossos direitos. Nosso direito de discutir a nossa própria vida. Então, Promotor, peço que se atente a esse artigo, que é aí que está todo nosso pedido, toda nossa função de vida.

As casas não estão tendo mais valorização. Os filhos – como o senhor falou do idoso - eles mudam, casam, vão morar em apartamentos, moram no exterior, fica o idoso praticamente sozinho dentro de casa.

Há quinze dias, pularam na casa de uma senhora, passou em toda a rede de televisão, mataram o segurança, ela tem 82 anos, a pessoa que cuida dela só vem durante o horário comercial. Ela ficou sozinha dentro da casa, desprotegida. Graças a Deus os bandidos não conseguiram entrar na casa, pois tinha todo um sistema fechado de trancamento. Está morrendo muita gente lá. Morre policial quase todos os dias, todas as semanas. Policiais! Então imaginem o cidadão comum o que está passando. Temos medo de sair de casa. Temos medo de atender nossas campanhas.

Preocupação com o verde? É o mais que temos. Preocupação com o meio ambiente, é o que mais fazemos lá. Todo mundo que mora lá separa seu lixo, procura fazer o melhor para seu bairro. E o melhor para nosso bairro é termos uma discussão. Não somos contra o Plano Diretor em praticamente quase nada, mas queremos ter o direito de participar.

E se os outros bairros e a comunidade achar que é melhor para ele, vamos discutir

também. Nossa maior defesa, o que mais defendemos aqui é o direito de estar discutindo.

Pessoal, muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sra. Marilda de Moraes, engenheira civil.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ah, muito obrigado. Sr. Gil Escatena, do gabinete do Vereador Ricardo Young.

O SR. GIL ESCATENA – Bom dia a todos. Bom dia Vereador Paulo Frange, Sr. Secretário do Ministério Público.

Em primeiro lugar, quero parabenizar a comissão pela condução dos trabalhos. Acho que já estamos chegando no ápice. Aliás, acho que já está bem maduro, tanto é verdade que vários movimentos já pedem a aprovação do PDE, imediata.

Nosso mandato buscou fazer uma contribuição ao longo de todo o processo e estamos bastante satisfeitos quanto ao encaminhamento.

Queríamos só um esclarecimento e colocar uma questão mais para a sociedade, do que para os Vereadores.

O esclarecimento. Houve um pacto entre os Vereadores no sentido em que nós aderimos a achamos muito justo: a apresentação de emendas até uma determinada data para que as emendas pudessem ter publicidade. De lá para cá, houve algumas audiências e algumas contribuições da sociedade.

Algumas dessas contribuições, o nosso mandato gostaria de, inclusive, dividir e acolher.

O Vereador Nabil Bonduki explicou que essas contribuições devem estar públicas a partir da semana que vem. Se puder esclarecer um pouco como isso vai acontecer. Se vamos, depois, pegar essas contribuições e ter de apresentar em forma de emenda novamente. Não queríamos romper o pacto de transparência do processo de apresentar emendas de última hora.

Então só esse esclarecimento seria importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Gil, vou explicar rapidamente. O que nós construímos foi uma situação que não tem no Regimento, mas, tendo em vista o volume de informações que a Casa foi acumulando ao longo desse período todo, nós criamos uma figura que não está no Regimento, repito, para que os Vereadores apresentem suas sugestões, aquilo que, naquele momento, deixa tenso e ansioso o Vereador e o próprio gabinete, que recebe muita informação para que pudesse dar publicidade daquilo que ele gostaria de estar defendendo. E para que pudéssemos também, em função disso, ouvir de novo a sociedade.

E aconteceu vários 'repix', muitos, veja o movimento da ZER, que veio em função de uma série de emendas que apareceram. Foram 22, parece.

Em função disso, nós reduzimos muito as arestas para serem tratadas no dia da votação. Essa é a tendência.

Naturalmente agora temos as emendas regimentais que são aquelas que terão prazo para apresentar; serão apresentadas; terão publicidade; e serão discutidas em plenário. Então não vai haver nenhum rompimento com relação às emendas regimentais.. É que essa situação que nós encontramos foi muito boa, porque trouxe à superfície mais de 300 situações que, até então, não haviam sido inseridas no texto - para modificar textos ou inserir como inovação. Daqui para frente, vamos tratar da mesma forma.

O gabinete do Vereador Ricardo Young tem contribuído muito com o Plano Diretor, e vamos contar com isso, com certeza.

O SR. GIL SCATENA – Perfeito. A ideia era exatamente esta: manter esse pacto, que me parece, para esse processo, uma melhoria com relação ao Regimento, pois acho que dá mais transparência para a sociedade. E como algumas propostas foram apresentadas recentemente pela sociedade civil, em especial os movimentos por moradia e os professores da FAU, que o nosso gabinete tem interesse de acolher e apresentar como emenda, a gente queria ter esse prazo sem que atrapalhem o processo e depois não possamos reclamar de

emendas que apareçam de última hora.

A colocação que quero fazer é mais para a sociedade. Como a gente está indo para uma reta final, é democrático, é regimental e está dentro do trato a apresentação de emenda por vários mandatos. E a gente viu que, em que pese a manifestação da sociedade ao longo das audiências, contrária à instalação de aeródromo na zona Sul de São Paulo (palmas), a chamada de atenção do Ministério Público com relação a esse tipo de infraestrutura – contraditória com os objetivos daquela região -, democraticamente, dentro do Regimento, volto a dizer: várias emendas foram apresentadas possibilitando esse tipo de infraestrutura naquela região. Então, para a sociedade, acho que é importante levar a bandeira de que o debate continua, não foi feito nada fora do processo legal, mas esse debate está em continuação, e aqueles que são a favor – como nosso mandato – de que o aeródromo não seja instalado naquela região, é importante dar esse último fôlego para ter essa garantia dentro do Plano Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sem dúvida.

R – Obrigado, e parabéns pelo trabalho. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Outro avanço é que o Vereador Relator vai, até a data, fazer reunião com as bancadas para que a gente possa afunilar ao máximo e não ter tanto conflito. Tem muita emenda que é parecida demais para que a gente possa consolidar num texto que seja mais fácil para aprovação ao final.

Eduardo Melander Filho, do Movimento Garça Vermelha – Mogave.

O SR. EDUARDO MELANDER FILHO – Bom dia a todos. Meu nome é Merlander, sou do Movimento Garça Vermelha, que recebeu aqui em 2012 a Salva de Prata do Prêmio Dorothy Stang categoria Natureza, por serviços prestados em defesa do meio ambiente. Então, estamos muito tranquilos ao falar hoje.

Farei referência a algumas emendas ao texto substitutivo do PL 688, de autoria dos Vereadores Donato, Milton Leite e Ricardo Nunes, que se encontra presente.

Nossa grande preocupação não é bem o texto do substitutivo, mas sim uma série de emendas desses três Vereadores. Citarei alguns pontos.

O parágrafo 2º, artigo 16, que trata da macrozona de proteção e recuperação ambiental, propõe a exclusão do termo “reflorestamento”, descaracterizando a classificação do substitutivo. No *caput* do artigo 20, que trata da macroárea de contenção urbana e uso sustentável, localizada no sul de São Paulo, está proposto que se substituam os termos “vegetação natural” ou “implantada” por “vegetação nativa”. Isso significa que se cria um problema de classificação, porque pode se interpretar que essa formação vegetal tenha que ser totalmente nativa, sem nada de fora, e poucas formações seriam classificadas dessa forma. O mesmo artigo, no parágrafo 4º, permite a instalação de um aeródromo nessa área. O parágrafo 5º do artigo cria um parque, entre aspas, tudo conforme projeto - já apresentado e recusado pela Prefeitura de São Paulo por questões ambientais – do Aeródromo Harpia, em Parelheiros.

Vou parar por aqui porque o tempo é curto, embora eu tenha anotado várias coisas.

Todas as emendas desses três Vereadores têm duas características: a primeira, geral, é no sentido de implantar obras em lugar de proteção ao meio ambiente, com a justificativa de, entre aspas, utilidade pública. A segunda, específica, é que todas elas se dirigem, ao fim, a justificar a construção do aeroporto em Parelheiros.

Aproveitando que o Vereador Ricardo Nunes está por aqui, pedimos que vocês revejam todas essas questões. No caso de não rever, pedimos aos Vereadores que as rejeitem. Acho que os Vereadores têm que escutar as vozes que vêm do Ministério Público, que já mandou a esta Casa um documento dizendo que seria inadmissível um recuo nas questões ambientais. Acho que devem escutar as vozes do Movimento Aeroporto Parelheiros Não, que, em seu manifesto assinado por centenas de organizações ambientalistas das maiores do Brasil. Milhares de pessoas pedem que o

aeroporto não seja construído em Parelheiros. Por fim, têm que escutar as vozes da população da região, representada em vários conselhos, como o Conselho Gestor da APA Bororé-Colônia, o Conselho Gestor da APA Capivari-Monos, o Conselho Gestor do Parque Nove de Julho, o Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável da Capela do Socorro e o Conselho Participativo Municipal da Capela do Socorro, no qual os 51 conselheiros votaram, sob aplausos, contra o aeroporto.

Os Vereadores têm que ouvir essas vozes e não deixar transformarem a região de Guarapiranga em uma nova Cantareira. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Passarei a palavra ao Vereador Ricardo Nunes, que está de saída para a CPI, que está funcionando na sala ao lado.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado. Serei breve. Agradeço ao Milander, apesar de que no Facebook ele fala mal de mil injustamente, mas tenho o maior respeito por ele. Ontem, na audiência pública, comentei um caso e gostaria de repetir para quem não esteve ontem. Acho que esse relato sintetiza algumas coisas. O Executivo mandou para a Casa o projeto de lei que dava o feriado para a Copa. O projeto original previa que seria feriado dia 12, no jogo inaugural, e que o Prefeito estaria autorizado a decretar feriado nos dias de jogos subsequentes. Numa conversa com o Executivo, com a Casa, com vários Vereadores, com a sociedade civil, chegamos ao entendimento de que, primeiro, seria feriado dia 12 e os demais dias ponto facultativo. Aí fomos procurados por vários setores da sociedade, dizendo o seguinte: dia 12, no dia do jogo da Copa, vão fechar shopping, restaurantes, bares? Não parece plausível, receberemos turistas, pessoas voltadas a um dia de festa e não tenham local para se alimentar. A Casa e o Governo disseram: poxa, tem razão. Aí votamos desse jeito, que dia 12 é feriado, mas as atividades de shoppings, bares e restaurantes não estariam dentro do feriado. Não parece plausível? E nunca fui tão xingado em minha vida, e por funcionários do comércio, que entraram em greve. Eles acham que o feriado é para alguns e não para eles. Por que estou contando esta história? A gente nunca consegue agradar todo mundo, sempre

vai haver o momento em que você terá de arbitrar e aí vai agradar um e desagradar outro.

Baseado nesse exemplo, meu caro amigo Melander, temos uma situação no extremo Sul – estava eu, o Vereador Alfredinho e o Secretário conversando – até o eixo de estruturação e transformação urbana, que pega um trechinho da Teotônio, eles estão querendo tirar. Estamos desconsiderando que lá moram, só em Parelheiros são 180 mil pessoas. As pessoas precisam trabalhar, as pessoas têm de por comida em casa, as pessoas tem filho pra criar. Há outras questões a serem consideradas? Há. Devem ser consideradas? Indiscutivelmente devem, mas essa também tem de ser considerada. A gente não está falando muito em relação a moradia ser perto do emprego ou o emprego perto da moradia. Naquela região onde está o emprego perto da moradia? Está atendendo? Não, não está. Essa é uma situação em que eu não sou o dono da razão, mas todos nós – Dr. Maurício, o Ministério Público, os Vereadores, a Comissão de Política Urbana, o Secretário, o Prefeito, vocês têm de pensar. Temos de chegar num meio termo, que não seja tudo por um lado ou para o outro. Temos de achar um meio termo para tentar não prejudicar. Atender todo mundo 100% não vai conseguir.

A minha preocupação, o Melander deve falar muito no *facebook* que eu sou empresário, não sei o quê, como se fosse pecado. Não é pecado, eu não estou defendendo o empresário. A minha questão é a seguinte: fui eleito por aquela região, eu tenho o dever, a obrigação de defender aquilo. Vou dar uma informação importante a todos, ao promotor, para o Secretário. Ano passado, foram eleitos os conselhos participativos, um trabalho fantástico exercido pela Prefeitura. Lembro-me do dia da posse, o Dr. Maurício esteve lá, fez um discurso fantástico parabenizando pela iniciativa de colocar membro da população eleita, como conselheiro participativo nas subprefeituras, para discutir políticas públicas. Em Parelheiros são 29 conselheiros eleitos para o Conselho Participativo, e 16 assinaram a favor do aeródromo. Não pra se considerar que essa questão precisa ser mais bem discutida? Dezesesseis contra e 13 a favor e porque de certo sentem na pele as dificuldades que lá existem.

Não podemos então levar o discurso para uma coisa de disputa partidária, de disputa... Recebemos documento do Ministério Público? Recebemos, mas eu queria ter a oportunidade de levar o Ministério Público para conhecer o Jardim Almeida, o Recanto Campo Belo, o Jardim Aruã, o Jardim Progresso, o Embu, Marsilac. É importante que saibam que o pior IDH é o daquela região.

Bom, para não me estender muito, quero lhes dizer que deram uma enorme contribuição com relação ao aeródromo e faço referência a vocês porque diante do trabalho de vocês conversamos com as pessoas e chegamos a um consenso. É importante que você fale que a minha emenda, e eu acho que é bonito, inclusive falei isso ontem porque você tem de ter postura. E vocês têm de valorizar. Tem gente que fica aqui em cima do muro. Eu não, eu tenho posição. Alguns vão gostar, outros não, mas vocês vão saber qual será minha posição sempre. Olha, minha posição e essa. Não vou ficar. Tem Vereador que fez emenda três para um lado e três para o outro do mesmo assunto, quer dizer, três a favor e três... Não pode fazer isso, a gente tem que ter uma posição.

E aí, dentro desse trabalho que vocês fizeram, também que ajudou muito, eu estou aqui me referindo às declarações, nós estamos discutindo a questão ambiental e a proposta é a seguinte, que de quatro milhões de metros quadrados se utilize no máximo 20%, refloreste os outros 85% e que dê a condição é que compre e doe para a Prefeitura um milhão de metros quadrados para fazer o parque e que eles custeiem o parque, porque nós vamos ganhar um parque.

Por que surgiu a ideia de que se quer fazer o empreendimento, uma das condições é que compre e doe um milhão de metros quadrados para o parque? Surgiu de onde? Do trabalho de vocês que foram nos alertando. Então a gente também tem que considerar que o meu trabalho e dos Vereadores Afredinho, Paulo Frange, do Dr. Maurício, do Dr. Fernando, ajuda, o de vocês ajuda. Então todo mundo quer o melhor para a cidade. Vamos ter pontos de vista diferentes? Vamos ter, mas ninguém está aqui para quere o mal. Vocês não estão aqui

sentados para querer o mal da cidade. Todo mundo quer o bem, mas cada um pensa de um jeito e a gente precisa chegar a considerar isso.

Então, para não me estender, queria que vocês compreendessem o motivo da minha decisão: tem 180 mil pessoas que mora lá, isso é fato; nós não temos geração de emprego lá, a atividade de aeródromo não é poluente. Podia ser outra atividade, desde que não fosse uma Bayer com produto químico, qualquer coisa, mas é um estacionamento, não tem uma atividade que produza alguma coisa química que vai ter um risco. A minha visão, outro pode pensar diferente. Eu estou falando a minha posição e respeito as outras posições. Vai ser usado 15% da área, reflorestar o restante, vai doar um milhão de metros quadrados, vai gerar três mil empregos. Não tem emprego lá gente, escutem isso que estou falando para vocês, eu não viria aqui mentir para vocês.

Outra coisa, qual o orçamento da cidade de São Paulo, 50,5 bilhões. Qual é a dívida? É 54 bilhões. A arrecadação de ISS do ano passado, nove bilhões, nossa corta parte do IPVA, sete bilhões. A gente depende do empreendedor, do comerciante, do pessoal de serviços da cidade de São Paulo para gerar impostos para poder ter hospital, poder ter tapa-buraco, poder ter tudo que precisa ter. Então vai gerar receita, são 15 bilhões só de ISS por ano.

E gente fez essa balanço, em particular eu fiz esse balanço porque achei importante. Então a gente tem posições, não discutir por ter posições, vamos respeitar a posição de um e de outro.

Além dessa questão dos 19 conselheiros participativos que estão lá, 16 apoiam, a maioria dos Vereadores eleitos lá apoiam. Então tem algo errado nessa história. A gente tem um problema com alguns Vereadores que não mora lá, que não vivem lá, moram em outros locais. Não que seja pecado morar em outro lugar, mas por que falo que mora em outro lugar? Porque não vive o dia a dia, não está lá no dia a dia, não está vendo a dor das pessoas.

Essa questão que eu acho que também era importante colocar para vocês para

deixar a nossa relação transparente e pedir, gente, a gente precisa ter respeito pelas relações. Por que me xingar? Por que eu tenho uma posição? Você é obrigado a concordar comigo? Não é. Também não sou de concordar com vocês. Cada um tem uma posição e se respeitando a gente pode chegar com as ideias e tirar a melhor ideia de duas, três, quatro, cinco ideias. Acho que isso é bastante fundamental.

Tem uma questão bastante séria na região da falta de emprego. Eu pediria para você para poder analisar. Lá onde está o CEU Parelheiros tinha uma mina de água lá embaixo. Fizeram rápido e deu errado, mas faltou debate naquele momento. Aqui a gente vai aceitar isso? Não vai aceitar. Desde que o projeto atenda todas as questões ambientais. Vocês vão ter uma participação importante se isso for para a frente, se não for não tem problema, mas que precisamos achar outra coisa para gerar emprego nós precisamos. Nós temos que nos unir, não nos digladiar. Você quer o bem para lá, eu quero, o Vereador Paulo quer, o Dr. Maurício quer, vamos trabalhar junto gente, no campo das ideias, vamos procurar o que é melhor para as pessoas.

Estou falando assim, despojado, do fundo do meu coração. Às vezes os debates nesta Casa são injustos, vocês colocam posições, criam histórias, mais um ponto para considerar é que o investimento não terá um centavo de dinheiro público, se for feito porque é 100% privado. Não terá recurso público.

O SR. _____ - O BNDES não vai participar disso? Pode não ter dinheiro do município, que não quer dizer que não vai ter dinheiro público.

O SR. RICARDO NUNES - Eu não sei, Dr. Maurício, se vai ter doação do BNDES, eu posso dizer que doação não vai ter, mas o que acontece gente, é só para a gente poder pensar e refletir, pensar que tem 180 mil pessoas lá que não tem emprego, é isso, é uma posição que eu tenho e eu tenho que defender a minha posição. Vocês desculpem, eu gostaria de estar participando, eu participei de todas as audiências públicas da zona Sul porque é um assunto importante para a Cidade, ainda mais na nossa região que tem o pior IDH da Cidade

de São Paulo, os mais altos índices de vulnerabilidade social e vou ter que participar da CPI do alvará que eu sou o relator, agradeço a todos vocês e que a gente possa avançar no debate de forma tranquila.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Discutir não é problema, o que nós precisamos ter é lado, lado de lá ou lado de cá, caminhar sobre o muro é um negócio muito complicado porque atrapalha o debate, o que precisamos é escolher um lado para defender, escolher o lado da ideia e defender a ideia com embasamento, essa é a proposta da nossa audiência pública e o que o Vereador Ricardo Nunes colocou é muito comum no Parlamento, são figuras que trabalham como se fossem bailarinas mesmo, tem cintura de balé e aí nós sabemos de que lado está. O mais importante é conhecer as ideias adversárias, de que lado estão.

Vereador Ricardo Nunes com certeza nós sabemos da sua atuação e estamos aqui para poder dar continuidade ao debate, respeitamos todas as ideias que são colocadas, você tem se colocado muito bem neste debate, de um lado ou de outro você defende a sua ideia e está sempre presente. O Vereador não é desta comissão e tem participado em quase todas as sessões. Agradeço a presença da Maria Luiza, que representa o Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ALFREDINHO – Ontem saímos daqui 23h30 porque estávamos debatendo um projeto importante para a Cidade. Estamos trabalhando e pensando o melhor para a Cidade. Sou o autor de uma lei, que cria o polo de ecoturismo de parselheiros, sancionada pelo Prefeito. Moro na região há 34 anos, desde que cheguei a São Paulo.

Passei pela gestão Marta na época e que Parelheiros era um posto avançado e depois foi criada a subprefeitura. Foi neste período que comecei a conhecer aquela população e aquela região, é uma população pobre e carente, como falou aqui o Vereador Ricardo Nunes, menor IDH do Brasil, Marsilac se encontra nessa situação e não adianta a gente ser contra e só ser contra, temos de ter proposta. Ser contra é muito fácil, eu já fui contra um monte de coisa. Já fizemos um monte de coisas até preso eu já fui em luta, portanto, ali precisa de

proposta e de respostas também. A coisa que estou mais impressionado por esses dias é que eu estou há oito meses lutando para levar uma linha de ônibus que não seja definitiva, mas que seja auxiliar para a ponte Seca. O que mais me comoveu é que eu fui lá um dia e uma menina, que mora lá, sai às 4h de Ponte Seca e vai até o Marsilac andando mais de uma hora a pé, porque não tem ônibus, para chegar na faculdade em Santo Amaro. À noite, ela repete o mesmo caminho.

Então, essas coisas temos que levar em conta e não ficarmos só no contra. Como é que vamos resolver isso? Estou falando de uma menina, mas lá moram 1.800 pessoas. Quem veta a possibilidade de ter uma linha de ônibus lá é o Conselho Gestor.

Então, como bem falou o Ricardo, são 180 mil pessoas. Temos que discutir de que jeito vamos levar emprego. Se não for possível levar emprego, tem que se tirar todo mundo de lá e leva para outro lugar e, aí, fica área 100% de preservação.

Precisa ter um hospital lá ou não precisa? (Pausa) O Prefeito já está em vias de iniciar a licitação e sei que tem gente que é contra, porque falam que no dia que tiver um hospital vai incentivar a ocupação. E o problema da ocupação é outro. O problema da ocupação é a incapacidade do Poder Público fiscalizar. Esse é o problema. (Aplausos)

Porque sem o aeroporto ou com o aeroporto, está havendo ocupação, lá, direto. Só não teve mais porque a Guarda Civil Metropolitana de lá teve uma ação diferente de outros lugares. Nas primeiras ocupações, a Guarda foi para cima e não deixou. Por isso que não teve a ocupação que teve em outros lugares. Mas as ocupações que acontecem lá, são feitas na madrugada, quando ninguém vê. As grandes chácaras que lá estão, e que as pessoas começam a picotar na madrugada e lotear. Por isso que descobrimos a tempo e barramos um texto, na Lei de Diretrizes, que mudava a questão..., estava criando a área rural, mas elevando o limite mínimo do loteamento para 20 mil metros quadrados e criando APA na região de Jaceguava, dentro de uma área que já tem várias construções consolidadas, algumas até com cinco mil metros. Se deixasse do jeito que estava, o pessoal não conseguiria regularizar nunca mais.

Então, para terminar, temos que discutir essas questões. Não assinei essa emenda com vocês, porque vocês não me chamaram para assinar, porque eu também tenho um lado. Posso estar errado, mas uma coisa que aprendi: quando temos que tomar uma decisão, se

tivermos dúvida, temos que tomá-la, mesmo que erremos. Se errarmos, depois arrumamos, mas não ficamos omissos. A pior coisa do mundo é a omissão. Posso estar certo ou errado, mas, jamais, serei omissos.

Por isso, queria encerrar dizendo: vamos pensar no povo. Se não for o aeroporto porque não pode, que tipo de desenvolvimento levaremos para aquela região?

Não podemos dizer que a única proposta e solução de desenvolvimento sustentável é a agricultura orgânica, que eu sei que não vai resolver o problema – desemprego. Ajuda? Ajuda, mas vamos ver quantos empregos são criados. Em Parelheiros, hoje, tem um centro comercial com grandes lojas mesmo sendo em uma área que não poderia ter. Como eles conseguiram montar um centro comercial lá? Tem lojas de marcas no Centro de Parelheiros e são bem-vindas, criam emprego.

Estou preocupado com o pessoal de Marsilac, Ponte Seca, Vargem Grande. Vargem Grande todo mundo conhece, mas é um bairro pobre. Não adianta a gente fazer discurso bonitinho e não apresentar solução. Vargem Grande tem 30, 40 mil habitantes e grande parte deles sai de lá e vêm trabalhar no Centro e demoram em torno de cinco horas para vir e, depois, para voltar do trabalho.

Eu moro um pouco para o lado de cá e, às vezes, demoro quatro horas de carro. Não podemos ter um jeito e criar empregos para que eles possam trabalhar mais próximos da região?

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Alfredinho. Para quem não sabe, o Vereador Alfredinho nasceu no sertão de Houston e veio direto para cá.

O SR. ALFREDINHO – Não, eu nasci em Ueiras, no Piauí, com muito orgulho. Cheguei aqui com 18 anos - e não tenho o que reclamar da vida -, com uma mala e duas mudas de roupa. Hoje, sou Vereador da maior Cidade da América Latina. Foi com muito trabalho, não foi fácil. (Palmas)

Eu ouço muito o povo. Só faço isso nos fins de semana.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Alfredinho. Você

contribuiu muito e é um exemplo de garra dos nossos irmãos nordestinos que vêm para cá, vencem e mostram porque vieram.

Obrigado, parabéns.

O SR. MAURÍCIO – Nós fomos tão citados no episódio do aeródromo de Parelheiros que não vou me furtar a deixar muito clara a posição do Ministério Público a respeito disso.

Esta Casa é soberana para dar a redação que entender que deva dar. O Ministério Público tem uma decisão tomada: qualquer que seja o subterfúgio empregado para por abaixo o pouco que resta de áreas verdes nesta Cidade, o pouco que resta de área de preservação ambiental, não contará um único instante com o apoio, com o silêncio, com a omissão do Ministério Público. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Está aí o exemplo. O importante é ter lado.

Maurício, parabéns, é isso mesmo.

Peter Wolf, que é do meu bairro, e representa a Associação dos Moradores do Sumaré.

O SR. PETER WOLF – Srs. Vereadores, prezados participantes desta audiência, estou representando o Sumaré, pela Associação dos Moradores. Sou urbanista de formação e falo sem rodeios que vim aqui para defender a ZER, em particular a ZER-1, da qual sou morador.

Em uma reunião convocada anteontem pelo Movimento Defenda São Paulo e da qual participamos, constatamos que houve mais de 350 emendas apresentadas pelos Srs. Vereadores tanto na facção governista como da oposição, o que é um direito constitucional e por isso que foram eleitos.

Só que soubemos que, entre essas emendas, há um grande número de propostas que procuram mexer nas zonas, tentando alterar-lhes as suas características que passaram inalteradas durante tanto tempo. Por quê?

Eu não vim aqui falar de interesses particulares que podem estar atrás dessas propostas nem vou citar aqui especulação imobiliária que está de olho na porção de território dessa cidade que não sucumbiu ainda à verticalização. Também não quero lembrar exaustivamente esses territórios, que constituem menos de 4% dessa cidade, já foram chamados de pulmão verde, pois servem para arejar esse mar de poluição de concreto.

Tudo isso já foi dito e seria chover no molhado repeti-los aqui mais uma vez. Não. Eu quero abordar essa questão por outro aspecto: quero aqui citar o § 3º do artigo 273 da Lei 13.430, que diz o seguinte: "Os planos regionais deverão ser elaborados com a participação dos munícipes dos diversos bairros que compõem cada região, nos diagnósticos, concepção, aprovação, monitoramento, fiscalização e revisão em todas as ações...".

Em virtude disso, nós, moradores de Sumaré, em 2003, chamados pela Subprefeitura da Lapa, fizemos nosso levantamento de nosso bairro, fizemos uma pesquisa domiciliar, fizemos um diagnóstico da vontade dos moradores expressa nas respostas da pesquisa, donde resultou um trabalho e é isso aqui que serviu de subsídio para a Subprefeitura elaborar o seu Plano Regional no tocante ao nosso bairro.

Tudo isso ressurgue agora no texto do substitutivo ao PL 688, nos artigos 294 a 301, só que de forma muito mais diluída e atenuada, dando a impressão de que o plano de bairro que se fala é uma iniciativa do Poder Público e não da população.

Pergunto novamente: por quê? Pois a impressão que eu tenho é que os Planos Regionais vão determinar a feição dos Planos de Bairro, e não o contrário, quando o correto seria fazer os Planos Regionais nascerem dos bairros, ditados pela vontade popular.

Mas por que me detenho - os senhores podem perguntar - com a discussão dos Planos Regionais, quando aqui o que está sendo discutido é o Plano Diretor? É que os Srs. Vereadores, como mostra o número das emendas, tentam alterar de antemão as regras do zoneamento; cometem um grave erro que é querer preestabelecer as regras do jogo, que competem a outra fase que é a da Revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Eles estão se precipitando, se adiantando, estão metendo os pés pelas mãos. Isso porque estão esquecendo-se do fator que é a grande heterogeneidade que existe entre diversas zonas dessa cidade, principalmente na ZER, umas pequenas, outras grandes, umas perto do Centro, outras longe, umas pobres, outras ricas.

Deixem, pois, a população escolher o seu próprio destino, decidir o que quer e o que não quer, o que precisa ter o que não precisa, através de seu livre-arbítrio e autodeterminação, conforme está assegurado na Constituição e na Lei Federal 10.257, e não querer estabelecer de antemão se vai ter comércio ou não, se vai ter creche ou não, construção desse ou daquele tipo, querendo estabelecer critérios uniformizadores para toda a Cidade, como se, entre um bairro e outro, não houvesse diferenças. Pois, se, em Atenas, as decisões foram divididas por bairros, que era uma cidade que tinha apenas 200 mil habitantes. Quanto mais na São Paulo do séc. XXI, com sua enorme extensão e seus aspectos multifacetados.

O Plano Diretor, conforme o nome já diz, é um plano de diretrizes.

Encerro, pois, a minha manifestação, fazendo um apelo àqueles vereadores que apresentaram emenda foram do lugar e antes da hora que podem causar uma alteração profunda e irreversível do zoneamento para que alterem ou retirem essas propostas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a para o André Biazoti, do Instituto Cinco Elementos.

O SR. ANDRÉ BIAZOTI – Bom dia a todos. Também quero falar diretamente do meu coração. Queria que o Ricardo Nunes e que o Alfredinho estivessem aqui para escutar diretamente com o coração, mas é difícil, eu reconheço.

Acho que a primeira coisa que me vem do coração é uma indignação muito forte de quem fala utilizando a voz do povo, como se tivesse uma força tão grande para falar em nome desse tal povo, porque eu queria saber o que acontece quando a gente olha muito fechado para uma condição, e, de repente, a cidade não tem mais água, porque poluíram todas as

áreas de mananciais. Quem não sabe, a região de Parelheiros é região de recarga das nossas duas represas que abastecem grande parte da cidade de São Paulo. E a gente começar a urbanizar aquela área, querer colocar aeroporto, querer achar que não, tem que ter cada vez mais pessoas lá, eu, como jovem, sinto o meu futuro roubado, porque é essa mentalidade que deixa o mundo como ele está hoje, é essa mentalidade que fala em nome de um povo que precisa alimentar o povo, dar recursos para o povo, só que na verdade o povo continua miserável, e as pessoas mais ricas cada vez mais ricas. Então isso me deixa muito indignado, me deixa puto da vida. Eu sou jovem, e vejo um monte de gente falando em nome do povo, em nome dos jovens, e querendo destruir cada vez mais as áreas verdes desta cidade, já tão destruída e tão estuprada. Então a primeira coisa que me vai do coração é isso. Desculpem as palavras, desculpem essa força que eu tenho, mas queria que os dois vereadores estivessem aqui para ouvir isso, porque eles falam em nome de um povo que é um povo do qual eles conseguem os votos para estar aqui. Então são interesses que rolam nos bastidores que não são ditos aqui em praça pública, e que a gente não sabe que estão aí. Para quem não sabe, o dono do aeroporto é filho do dono da Fiesp. Não adianta a gente achar que isso não tem poder nenhum. Não adianta a gente achar que isso não tem nenhuma força no jogo político. E isso não aparece aqui. Então isso me dói e me deixa muito puto da vida.

Também queria falar das emendas do trio parada dura – Ricardo Nunes, Donato e Milton Leite –, e queria que fosse listado que infraestrutura para a zona rural não é aeroporto. Infraestrutura é estrada rural, é sinal de internet, é incentivo ao turismo, é uma casa de agricultura bem estrutura para os agricultores da região. Isso é infraestrutura. Então eu queria que fosse colocada uma vírgula nessas emendas, que as atividades econômicas que eles tanto querem têm que ser de acordo com o plano de desenvolvimento rural e de ecoturismo da região, e ponto final. Não pode estar aberto como se qualquer atividade econômica pudesse em qualquer macrozona. Porque tem uma emenda que fala que atividades de utilidade pública, que ninguém sabe direito o que é, pode em qualquer macrozona. Tem uma emenda que fala

disso. Então que essa emenda seja retirada, e que se coloque uma vírgula em todas as outras, que tem que ser de acordo com o plano de desenvolvimento das áreas de proteção ambiental, porque elas servem para isso, para áreas de proteção ambiental, claro, consorciado com o desenvolvimento econômico – extrativismo, agricultura orgânica, turismo rural e essas atividades econômicas, porque aposto que ninguém na região, quando fala que vai ter aeroporto, acha que o filho vai virar piloto de avião, mas que o filho vai limpar banheiro do aeroporto. Isso ninguém fala.

Então, acho legal deixar claro que tipo de emprego, que tipo de plano de desenvolvimento se quer para a região, e que isso seja construído, de fato, com as pessoas da região. Se eles são da região, eles têm que descer do palanque e conversar com a população para saber o que eles querem, porque eles não querem aeroporto, eles querem melhores condições de vida, eles querem emprego, eles dinheiro. Isso tem que ficar muito claro.

A nota de apoio que deixo é no sentido de se diminuir o coeficiente máximo de construção para a zona rural, que eu acho que não pode ser grande. Não adianta falarmos que é zona rural e continuar o desenvolvimento como se fosse área urbana.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Renata Esteves, da Sociedade Moradores do Jardim Butantã.

A SRA. RENATA ESTEVES – Boa tarde. Sou advogada e achei que devia trazer uma contribuição que faz parte do saber jurídico, que tem a ver exatamente com a representatividade.

O Plano Diretor, como disse o Vereador Nabil, é um plano para a Cidade e não para pessoas específicas, para albergar interesses específicos. É evidente que os interesses específicos podem ser defendidos, mas nas esferas próprias.

A minha observação é exatamente em razão de que temos visto colegas que têm defendido mudança no artigo 13, exatamente na parte que foi incluída depois da vírgula. Os

colegas representantes da Rua São Benedito, assim como os de Campo Belo e do Jardim da Saúde, querem, com isso, uma alteração nas ZER.

O manifesto em defesa das ZER, o documento mais distribuído e protocolado pelos Srs. Vereadores no curso dessas audiências públicas, traz avaliações técnicas e jurídicas a respeito das ZER. Esse documento foi assinado por 55 entidades de ZER. A terceira entidade é a Associação dos Moradores do Jardim da Saúde. A quadragésima quarta entidade é a Associação dos Moradores do Bairro do Alto da Boa Vista. A sexta entidade é o Movimento de Moradores do Campo Belo, a Movibelo.

Eu queria trazer a representatividade como uma questão a ser considerada pelos Srs. Vereadores, porque, a despeito dos consideráveis argumentos dos moradores desses bairros e talvez de outros que não estejam aqui presentes, as associações dessas regiões firmam um documento em preservação das ZER, exatamente visando à preservação do artigo 13.

Acho que isso tem que ficar bem posto, porque o interesse da sociedade, das associações desses bairros é exatamente de preservação do artigo 13, e não de alteração do artigo preenchimento. É uma coletividade que se manifesta a favor do artigo 13. Então, reitero que os interesses particulares têm de ser considerados. Nós vivemos uma democracia. Todos têm direito de se manifestar e defender seus interesses; contudo, no âmbito do Plano Diretor, plano para a Cidade, a manifestação predominante é da maioria dos moradores dessas regiões, e elas, exatamente, são, entre outras, subscritoras desse manifesto, que chama: Manifesto pela preservação e proteção das Zonas Exclusivamente Residenciais.

Eu peço licença ao Sr. Presidente para fazer só a leitura de alguns nomes que subscreveram esse manifesto: Associação dos Amigos e Moradores pela Preservação do Alto da Lapa, Associação dos Moradores do Jardim da Saúde, dos Moradores do Parque Previdência, do Jardim Olímpia, do Campo Belo, do Real Parque, do Morumbi Melhor, do Parque Continental, do Jardim das Bandeiras, dos moradores do Butantã, do Jardim

Panorama, do Jardim Morumbi, da Associação Preserva São Paulo, dos moradores do Brooklin Velho, os da Vila Iná, dos Amigos da Vila Amalfi, dos moradores do Jardim Petrópolis, os do Jardim Londrina, da Vila Alexandria, entre outros.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos agora acelerar um pouco mais.

NÃO IDENTIFICADO – Gostaria só de pedir direito de resposta, porque acho que justamente essa célebre(?) questão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Samuel Gabani.

O SR. SAMUEL GABANI – Boa tarde a todos. Peço para esfriarem os ânimos um pouco. Ouvi todo mundo atentamente e sem interferir, e eu gostaria ter o mesmo respeito que eu lhes dei. (Palmas)

Um colega meu sempre costumava dizer que se você leu, estudou os relatórios e prognósticos sobre mudanças climáticas e degradação ambiental, e não está extremamente preocupado, você não entendeu nada. Eu não sei se os Vereadores que falaram aqui não leram ou não entenderam. Existem alguns itens do Plano Diretor, como a garantia da zona Rural, pagamentos por serviços ambientais, manutenção e proteção de áreas verdes, APAS e a nossa região de mananciais, que são fundamentais, tanto para mitigação quanto para adaptação aos efeitos das mudanças climáticas; e extremamente fundamental para a manutenção da nossa vida. Nossa zona Rural prevê-nos água, ar mais limpo e comida. A gente está vendo algumas emendas, nas quais querem abrir brecha para interferir nessas áreas. Isso é uma afronta à vida, a minha vida, a dos meus filhos e a das futuras gerações. Eu venho aqui pedir para que aprovem o Plano Diretor e não deixem essas emendas interferirem.

Lembro mais uma coisa. A criação de um aeroporto, naquela região, é um crime ambiental. Portanto, para mim, todos que apoiam essa causa são criminosos também. Compactuo a fala do Sr. André. Existem mil outras maneiras de se criar emprego naquela área. Você pode fazer beneficiamento de produtos alimentícios, criar diversas cooperativas, turismo

sustentável, ciclofaixas naquela região, etc. Não sou especialista, mas, sim, existem.

Fica aqui, então, o meu apelo. Vereador, o senhor disse que é feio ficar em cima do muro, só queria saber sua posição frente ao aeroporto.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – É exatamente a do Dr. Maurício, a mesma. (Palmas)

Tem a palavra o Sr. Arnaldo, do Grupo dos Moradores do Jardim da Saúde.

O SR. ARNALDO – Bom dia a todos. Sr. Presidente, peço um tempo a mais por conta de termos duvidado da nossa representatividade. Vim, em primeiro lugar, agradecer todos os Vereadores, que nos receberam de portas abertas em seus gabinetes. Nós nos conhecemos nas audiências públicas. Nunca estivemos organizados antes. Estamos começando uma organização.

Aqui está um documento agradecendo o efetivo trabalho desta Casa, de todos os vereadores que foram a favor ou contra e nos receberam muito bem.

Houve uma exceção, em que mandaram a gente mudar de bairro. Acho que não cabe uma fala dessa, não foi nem um vereador e sim uma assessora. Ela disse: “Se você não está contente na ZL, mude de bairro.” Escutei isso na época da ditadura: “Brasil, ame-o ou deixe-o.”

Outra questão que quero mencionar e fiquei muito chateado é sobre a nossa legitimidade. Fui a uma reunião do Defenda São Paulo sozinho. Escutei, pedi a palavra, falei e fui muito bem recebido. É um movimento organizado, legítimo, democrático. Agora, duvidar de legitimidade, acho que não faz parte do espírito do Defenda São Paulo.

Vou pedir para passar um vídeo do Jardim da Saúde, que trata do assunto que eu gostaria que o Dr. Maurício visse, pois se trata de uma ZER que, como disse nosso antecessor, não são todas iguais. O Jardim Paulistano ninguém quer mudar, mas o Jardim da Saúde vocês verão. São apenas dois minutos.

- Apresentação de vídeo.

O SR. ARNALDO – Esse é um grupo de 40 famílias do Jardim da Saúde que se organizou inicialmente para discutir a questão de segurança. Fomos procurar o Conseg, vários instrumentos formais, e não recebemos nenhum apoio nesse sentido. O poder público está inapto para cuidar da segurança na cidade de São Paulo. Pela situação que vivemos hoje, essa é a conclusão. Nós, como cidadãos, começamos a nos mobilizar e nos organizar para ajudar o poder público e entendemos que o Plano Diretor pode ser mais um instrumento para ajudarmos nessa questão.

O artigo 13, o item II, predefine um zoneamento, conforme o senhor disse. Está lá colocado: “zona estritamente residencial – manutenção”. Se nos planos de bairro, discutirmos mudanças interessantes para o bairro que melhorem a vida da gente, que a gente possa andar na rua sem medo – que é isso o que tínhamos antes, não temos mais; São Paulo não tem mais isso -, se conseguirmos isso nas discussões do plano de bairro, não queremos que depois, numa judicialização do processo, não se permita a implementação das situações que possamos criar. E essas situações, se derem certo, podem ser replicadas para São Paulo.

Neste momento, convido o Movimento Defesa São Paulo – lógico, caso consigamos alterar isso e permitamos o direito constitucional de discutir nossas vidas e a de nossas famílias nos planos de bairro – e mesmo a Associação dos Moradores do Jardim da Saúde para participarem das discussões que faremos, assim como já convidamos o Sindicato dos Engenheiros de São Paulo e o Sindicato dos Arquitetos de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o nobre Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, só para enfatizar a audiências públicas, em função da fala do Christian. Ontem estive em uma audiência pública e nós da Comissão ficamos por duas horas discutindo esse artigo e outros que fazem referência a uso e

ocupação do solo. Era isso, Sr. Presidente, para dizer que a Comissão está preocupada com tudo o que é apresentado nas audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra Leandro Caetano, da Secretaria de Verde e Meio Ambiente.

O SR. LEANDRO CAETANO – Boa tarde, Srs. Vereadores, promotor e Secretário. Antes de qualquer coisa, quero dizer que acho um pouco desleal o debate com os Vereadores Alfredinho e Ricardo Nunes, porque eles falaram, juntos, meia hora, e nós temos somente três minutos. Penso que deveríamos ampliar esse tempo.

Faço coro com a fala dos colegas que me antecederam, do Vitae Civilis, do Garça Vermelha, e com a fala do André e do promotor em relação a qualquer intervenção que preveja a retirada de um milímetro que seja de área verde desta cidade. A isso, temos que ser completamente contra.

É importante destacar que hoje é Dia Mundial do Meio Ambiente e destacar também todas as conquistas que há neste PDE em relação aos aspectos tratados, principalmente as questões ambientais e os benefícios para as populações que vivem nas regiões propostas como zonas rurais. Um empreendimento como o aeroporto vai na contramão de tudo o que é discutido mundialmente hoje em relação às questões ambientais. Temos “n” alternativas, milhares delas, e poderíamos enumerar sem parar diversas outras intervenções que poderiam ser feitas na região, que beneficiariam, e muito, aquela população. Temos vários representantes aqui, como Colônia Pauslita, Marsilac, pessoal de Parelheiros, que está aqui, jovens atuantes, presentes nos conselhos que comungam dessa mesma opinião, eu acredito, e a gente está sempre em discussão. Então queria chamar essa atenção, mas, infelizmente, os dois vereadores já não estão mais aqui, e não vai surtir muito efeito para eles, mas, para a discussão, eu acho que é enriquecedor.

Queria destacar, para quem não chegou nesse ponto, que dentre esses avanços a gente tem a criação da zona rural, a criação de um sistema de áreas protegidas, que é importantíssimo, a macrozona de proteção e recuperação ambiental, a zona especial de

proteção ambiental, a Zepam, a zona especial de preservação, a ZEP, todos os instrumentos de gestão ambiental e de política urbana que estão previstos, e uma série de outras subseções que estão no PDE que são interessantíssimas nesse ponto. Não dá, conforme o argumento usado pelo Alfredinho, para engessar tudo isso. E a gente até se comover, de certa forma, com a fala dele e achar que isso é uma verdade absoluta, que não é bem por aí.

Como disse o Secretário no início, eu acho que o desafio vem depois da aprovação do PDE, agora, que é com a execução e a implantação de todos os temas abordados pelo PDE.

Parabéns a todos que participaram. Eu cheguei um pouco tarde na discussão do PDE, mas tentei dar alguma contribuição. Estive por um ano fora do país, mas tentei ajudar um pouco. E agora estou aqui. Acabei de assumir a diretoria de Unidade de Conservação, Proteção da Biodiversidade e Herbário Municipal. Tomei posse ontem. Hoje é o meu primeiro dia de trabalho e estou aqui para a gente trabalhar. Eu já trabalho na região há 15 anos. Eu comecei um pouco antes da aprovação do SNUC, e, assim que o SNUC foi aprovado, em 2000, eu já comecei a pesquisar.

É isso. Muito obrigado. (Palmas)

P – Luiz Augusto Barbosa, da Associação Comercial de São Paulo.

O SR. LUIZ AUGUSTO BARBOSA – Bom dia, Vereadores, Presidente da Mesa, amigos, Secretários.

Eu sou da Associação Comercial de São Paulo e represento não só os comerciantes, mas os empresários, empreendedores e colabores da região, de toda a São Paulo. A gente tem, hoje, na Associação Comercial, na cidade de São Paulo, 17 distritais. A minha distrital, especificamente, é a região sul de Santo Amaro.

Algumas colocações de alguns representantes de alguns movimentos são insignificantes. Se você for verificar, três pessoas podem fazer um movimento e isso não representam 900 pessoas. Nós representamos todas as distritais e o comércio de toda a cidade de São Paulo, e os empreendedores.

E a gente, tal qual foi colocado aqui por todos, também está querendo verificar o inc. II do art. 13º, em que ele limita a zona estritamente residencial, faz a manutenção. E a gente acredita que isso seja uma falácia, porque a gente tem, desde antes do primeiro Plano Diretor, em 1969 – acho que o Vereador Police, depois, pode até confirmar isso –, não existia Plano Diretor e já existiam nesses locais, onde foram criadas zonas estritamente residenciais,

pontes (?) de comércio e empreendedores, escritórios, nesses locais. E é uma falácia colocar que a partir de agora você não pode mais trabalhar ou exercer a sua função aqui – ter o seu escritório de arquitetura, ter o seu escritório de advocacia ou ter o seu escritório político. Quer dizer, isso é uma falácia. Não podemos ter uma casa de repouso... Quer dizer, é bom senso, Vereadores. É bom senso!

O que a gente pede é conversar sobre os planos de bairros, e cada bairro, sim, determinar o que deve ser feito na região – a regionalidade, a centralidade tem que se determinada. A gente tem que, sim, verificar o que parelheiros quer para si, o que Santana quer para si, o que Santo Amaro quer para si, o que Butantã quer para isso, e não determinar que, a partir de agora, ninguém mais está legal. Isso é ridículo. Isso daí uma agressão para todos nós que trabalhamos e damos impostos e tentamos dar imposto para esta cidade.

Fazendo essa regularização, Srs. Vereadores, podemos, sim, contribuir com esta cidade, pagando mais impostos, pois estaremos legalizados, teremos alvarás e funcionaremos corretamente. O que a Associação Comercial quer é a legalidade, mas que seja feita com bom senso.

Estamos à disposição para poder contribuir, como já contribuimos em todas as reuniões. Queremos que os presentes representem a sociedade e não simplesmente um movimento composto de duas ou três pessoas, como a Movibelo, uma entidade composta por pai, mãe e filho e que consegue parar o movimento com uma liminar.

Agradeço a participação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Antonio José Braz, da Sociedade Amigos do Planalto Paulista.

O SR. ANTONIO JOSÉ BRAZ – Cidadãos desta cidade presentes, Srs. Vereadores, moradores e trabalhadores desta cidade, boa tarde.

O colega que me antecedeu lembrou – e eu vou reforçar – que hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente. Este momento é emblemático e oportuno para voltarmos a falar do estoque verde desta cidade, onde estão os verdes das ZER, os 4%.

Nem os moradores nem os representantes entendem por que tanta discussão e por

que os 4% desta cidade viraram a discussão das últimas cinco ou seis audiências. Os outros 96% estão totalmente resolvidos e equacionados? Quer dizer, assuntos como trabalho, renda, violência estão totalmente resolvidos?

Movimentos como o do São Benedito e o do Jardim da Saúde estão aqui democraticamente discutindo, mas dizer que nas ZER temos maior violência é também uma falácia, porque os próprios índices do Governo do Estado de São Paulo mostram que isso não existe, que está errado, que nas ZER não há maior violência. Quer dizer que atrapalhamos a criação de empregos?

As empresas que estavam estabelecidas antes da Lei de Zoneamento estão todas funcionando regularmente. O que estamos discutindo é o que foi feito na ilegalidade. Afetamos a renda das pessoas, mas essas pessoas que trabalham lá têm renda, são muito bem sucedidas e estão garantidas, pois estão regulares.

Vamos concretizar. Segurança é uma responsabilidade do Estado para todos e em qualquer lugar. Não são só para as ZER ou as ZEIS e tem que ser garantida pelo Governo do Estado. Já o uso e ocupação do solo é responsabilidade da Prefeitura, que deve fazer cumprir a legislação em vigor. Se a legislação, como disse o Vereador Alfredinho, tivesse sido fiscalizada e cumprida, não estaríamos discutindo a legalização de irregulares. É isso o que nós estamos discutindo aqui.

Quando eu falo Prefeitura, é acompanhada pelo Ministério Público também nessa ação fiscalizatória. Não estamos aqui brincando de “me engana que eu gosto”. Estamos tentando criar uma legislação para todos, mas que seja cumprida pelo cidadão. Faça o que está previsto na lei. Não precisa fiscalizar. Eu represento a sociedade dos amigos do Planalto Paulista, uma das 55 entidades do movimento Defenda São Paulo, pela manutenção das ZER. Estamos já com 18 anos, defendendo diariamente a preservação dessa área. Toda vegetação do nosso bairro é preservado por legislação. Srs. Vereadores, retirem imediatamente essas propostas de emendas e reforcem o instrumento plano de bairro, pois as ZER, queremos a

manutenção do Art. 13 para a ZER legal e não para a ZER ilegal. A ZER deve permanecer, no mínimo como estão, ou melhor, devem ser ampliada. Existem inúmeras áreas no bairro da cidade com característica de ZER e que seus moradores devem ter oportunidade de mudanças e não diminuirmos ZERs. A ZER tem como resultado que garante a mais importante vital para todos nós cidadãos dessa cidade que é melhorar nossa qualidade de vida. Srs. Vereadores na cidade considerada uma das maiores do mundo. temos a maior economia do Brasil. Somos referência mundial, por favor aproveitem a oportunidade, aproveitem a copa e faça um gol de placa, mas a favor da qualidade de vida de todos nós, para nossos filhos e netos não tenham que comprovar essa terrível frase – reafirmado, que já foi dito por várias vezes – quando foi cortado a última árvore, pescado o último peixe, poluído o último rio é que os homens perceberão que não podem comer dinheiro. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Com a palavra o Sr. Cássio Romano, Movimento ZER legal.

O SR. CÁSSIO ROMANO – O que nós queremos é apenas que seja respeitado o direito dos bairros de discutir o que é melhor para eles. Aliás, isso foi dito aqui, quem se apresentou e que começou dizendo que discorda de alteração do Art. 13, inciso 2, mas no fundo é isso. Se houver a manutenção do Art. 13, com a redação que está inciso 2, não haverá oportunidade dos bairros discutirem o que é melhor para eles. A discussão da lei de zoneamento de uso e ocupação do solo, não cabe no Plano Diretor. É esse o pleito do nosso movimento e não é restrito a um bairro, são vários bairros. O meu bairro é o Campo Belo, e eu como cidadão não sou representado nesse movimento que foi citado, Move Belo. Desconheço quem dele participa. Não me represento. Por essa razão que apoio e estou participando do movimento ZER Ilegal. Registro meu repúdio ao impedimento do exercício da cidadania e nessa linha não posso exceder meu tempo. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Próxima, Sra. Ciléia Biaggioli, do Instituto Teatro de Rococós.

A SRA. CILÉIA BIAGGIOLI – “De que serve a bondade se os bons são liquidados? De que serve a liberdade se os livres têm que conviver com os não livres? De que serve a razão se é somente a desrazão que consegue o alimento que todos necessitam? Ao invés de serem bons, procurem criar um estado de coisas em que a bondade seja possível, ou melhor, se torne supérflua. Em vez de serem apenas bons, esforcem-se para criar um estado de coisas que torne possível a bondade ou melhor: que a torne supérflua! Em vez de serem apenas livres, esforcem-se para criar um estados de coisas que liberte a todos. E também o amor à liberdade torne supérfluo! Em vez de serem apenas razoáveis, esforcem-se para criar um estado de coisas que torne a desrazão de um indivíduo seja um mau negócio!” Bertolt Brecht.

Eu menina, eu mulher, eu palhaça, eu cidadã, eu mãe, eu atriz, eu pedagoga, eu moradora de Parelheiros, eu parteira, eu com medo. Medo da manipulação da informação, medo da mentira, medo. A natureza pede sensibilidade. Eu tenho medo que o jogo político esteja acima dessa sensibilidade. Medo da grana que ergue e destrói coisas belas. Alguma coisa acontece no meu coração, quando desta mata eu me torno guardião.

Água, água é... – você pode me dar um pouco de água, por favor – ai, água.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Aproveita que recentemente foi inaugurado o espaço morto da Cantareira. (Risos)

A SRA. CILÉIA BIAGGIOLI – Água.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - É a grande inauguração do Século XXI.

A SRA. CILÉIA BIAGGIOLI – Eu tenho sede. Eu tenho sede de arte, sede de cultura. Parelheiros precisa de cultura. Se de informação correta. Água. Água de beber, água de benzer, água de banhar. Eu quero água. Ela me enche de fé e me dá um banho de paz.

A vida é como uma brincadeira de criança, inocente, leve e divertida. Para isso, temos que nos juntar ao que existe de mais belo. Nossos pássaros, nossas árvores e nossas borboletas. Apenas ser e sentir como fazem nossas crianças.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. CILÉIA BIAGGIOLI – Parabéns, Ciléia. Parabéns. Fica uma sugestão para a Ciléia voltar mais vezes aqui.

O José Paulo dos Santos, da Associação dos Moradores da Vila Anhanguera.

Volte sempre, Ciléia.

O SR. JOSÉ PAULO DOS SANTOS – Bom dia, ainda, senhores. Senhores da mesa, senhores que aqui estão procurando uma Cidade melhor. A Cidade que os nossos antepassados fizeram crescer e que se tornaram o que há de melhor no Brasil. Sem desmerecer os demais Estados, porque na realidade aqui nós acolhemos todos, sejam eles migrantes ou imigrantes. E temos uma responsabilidade muito grande de continuar a existir e não querer crescer como crescemos no passado. Crescemos de forma assustadora para o mundo que nos via como um País emergente partindo de uma Cidade e de um Estado, que se mostrou a mola propulsora deste País, trazendo as indústrias de base, a automobilística e, enfim, fez com que a nossa São Paulo fosse mais conhecida do que o Brasil.

Temos, dentro desse Plano Diretor, alguns pontos interessantes, mas alguns são totalmente destruidores. Destroem tudo aquilo que foi construído a custo de muito sacrifício. Quando se fala no artigo 13, todas as pessoas se acham conhecedoras e todas têm razão, cada uma tem o seu lado. Também já fui comerciante em Santo Amaro e hoje eu, José Paulo dos Santos, da Associação dos Moradores da Vila Anhanguera, Conselheiro Participativo Municipal e que, embora aposentado, participo de tudo, porque tenho o direito, o dever e a obrigação de me fazer presente para preservar São Paulo.

Quero deixar claro para todos os senhores, inclusive para alguns Vereadores que aqui estiveram anteriormente, que as colocações com relação ao comércio são devidas e são justas. Só que existe um motivo maior que me faz falar em todas as reuniões de que participo: a objetividade tem de ser maior do que a falácia.

Quando se fala da necessidade de se identificar de forma clara a rua, o bairro, eu estou dizendo que não se deve pleitear uma abertura no artigo 13 que possibilite que as ZERs

sejam desfiguradas. Isso é de suma importância para todos nós, porque os senhores não comem dinheiro, como já foi falado. Os senhores respiram ar, não respiram dinheiro, eu também não, assim como meus filhos e meus netos menos ainda.

Então, devo dizer que essa tem de ser a colocação sincera de todos nós, no movimento de hoje e no futuro. Nos planos de bairro, devemos tomar as atitudes que serão mais convenientes.

Obrigado, senhores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Com a palavra a Sra. Maria Auxiliadora, a Dora, da Associação São Benedito Legal. A senhora não está nervosa hoje? Ganhamos até flores.

A SRA. MARIA AUXILIADORA - Não gosto nem de usar o microfone, porque gosto de falar com meu vigor e com minha energia. É obrigado usar microfone? Então, tenho de usar, não tem jeito.

Estou Conselheira do Conselho Participativo do Distrito de Santo Amaro, do CEPOP; Presidente da Associação São Benedito Legal e Coordenadora da Comissão da Mulher Advogada de Santo Amaro.

Veja bem. Todo mundo fala que a São Benedito está sendo execrada. Vou falar algo importantíssimo. Existe um jornal chamado *Gazeta de Santo Amaro*, que tem mais de cem anos. Eu quero que os senhores vão aos arquivos, aos anais desse jornal e verifiquem que a prestação de serviço e o pequeno comércio da São Benedito existem a mais de 45 anos. E se está irregular não é culpa de quem lá está, é da lei porque no Plano Diretor anterior nós lutamos, em outras épocas nós lutamos, fomos enganados, essa é que é a verdade. Por causa da meia verdade, que é uma mentira covarde.

Temos o direito agora de poder lutar de acordo com o que nos permite o próprio estatuto da Cidade, a lei 10.257/01, que é de abrangência nacional. Eu digo que o artigo 13 engessa, judicializa o inciso II a questão depois quando nós formos discutir lá na lei de Uso e

Ocupação de Solo, no Plano Regional. Esse embate de zoneamento deve se dar lá, só que tem de ter a diretriz que garanta que eu possa, que a sociedade, que os moradores, que nem do bairro melhor possam discutir essas questões.

Gostaria que essa Casa pegasse todas as listas de audiências públicas, notadamente, aquela que teve no Annhemi, no dia 4 e 5, que fiquei lá o dia inteiro, a São Benedito ficou lá o dia inteiro e quero saber quais as 55 entidades que subscrevem esse manifesto que lá estiveram. Vamos ver as listas de participação, foi uma minoria. Eu posso pegar um monte de entidades que quase nada representa lá realmente nas localidades e dizer que represento 100, 200, 300 mil, mas será que realmente tem legitimidade?

No bairro que moramos teve a eleição para o conselho participativo, nós elegemos quatro, sabe quanto que esse pessoal elegeu, nenhum. Tiveram dois candidatos e não elegeram nenhum. Sabem por quê? Porque não tem representatividade, essa é que é a realidade, então, vamos ver muito bem quem é quem nesse jogo. A sociedade precisa ser ouvida. Outra coisa importante, não se pode olvidar que o tecido social que reveste *polis* é dinâmico, se assim não o fosse, o atual Plano Diretor não preveria sua revisão.

Esse negócio de dizer que não pode discutir, que não pode mudar, manutenção o que significa no Aurélio: manter, é não mexer, intocável. Outra coisa, dizer que os comerciantes destruirão a cobertura vegetal dos bairros, quando o Cristian for mostrar o vídeo vai mostrar, na prestação de serviço tem mais verde do que nas ZERs. Ele vai mostrar. O comerciante preserva, quer o verde, ele mora também no bairro ZER, ninguém aqui está defendendo destruir ZER, o verde, ninguém está defendendo acabar com ZER não. O que estamos buscando aqui é o bom senso, é o equilíbrio, a ponderação, é a sabedoria, a inteligência de poder compor uma cidade compacta, que possa servir aos interesses de cidadania, que permita mobilidade. Para que sair do bairro não sei de quê para ir para Perdizes e ser atendido pelo médico?

Porque poderia ter nas bordas da ZER prestações de serviços. Vai na São

Benedito, é uma excrescência. Sabe por quê? As suas extremidades já é de uso misto. São sete quarteirões exclusivamente residenciais, isso é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra Ieneguis, do Movimento Viva Pacaembu por São Paulo.

A SRA. IENEGUES – Olá amigos, Srs. Vereadores, hoje estou mais tranquila, quem esteve aqui ontem presenciou a minha indignação do que vem ocorrendo. Há uma indignação se sucede sempre uma avaliação, um pensar maior e eu fiz isso, não devia ter feito porque ao fazer fiquei mais preocupada. O que estamos tratando aqui não é urbanismo, não são as árvores, as lojas, se trata de uma questão moral e estamos ensinando aos paulistanos que não é preciso respeitar a lei.

O rapaz do Movimento Bairro Melhor, artista plástico e estudante de Direito, disse que achava que promotor era para acusar o réu, não, vou corrigir, também não é o defensor da democracia, ele é defensor da lei em vigor. Estou correta? Se não está corrija-me, Dr, Maurício.

O SR. MAURÍCIO – Não, está totalmente correta, é muito mais do que isso, são os interesses sociais indisponíveis, da totalidade dos interesses sociais indisponíveis e da complexidade desses interesses, que representam um cidade complexa como São Paulo.

A SRA. IENEGUES – Na questão de defesa da lei, e sabemos que o Ministério Público tem sido o nosso baluarte, porque o desrespeito à lei é tão constante, tão banal, habitual, que até esquecemos que é um desrespeito à lei.

O rapaz da Associação Comercial falou que tem lá comerciante há mais de 100 anos. Então, tem direito adquirido por lei. A outra menina que falou toda empolgada disse que estão lá, que pode ver no jornal, há 40 anos, antes do Plano Diretor. Fiquem tranquilos, tem direito adquirido por lei. O que estou questionando moralmente aqui...eu sou da ZER legal.

Gostaria de levantar isso daqui só com uma letrinha a mais: Movimento ZER Ilegal, faltou o "I". Fizeram muito bem em fazer o cartaz e eu vim de rosa porque sou do movimento da ZER legal e questiono moralmente premiar usos não conformes que ao longo de 10, 12 anos,

lá se instalaram – ou com conviência ou com pequenos agrados aos agentes vistoros – e conseguiram permanecer por 12 anos. Agora, será premiado pelas emendas dos Srs. Vereadores – viu, Vereador Police? – o desrespeito à lei. Isso é ensinar para o paulistano que tudo o que estamos fazendo em termos de legislação é exatamente para ver o que vamos desrespeitar. Por quê? Porque o desrespeito à lei é mais charmoso do que o respeito. Se eu colocar uma galeria de arte, Vereador Netinho, dentro de uma ZER, com certeza ela será muito atraente, chique “no último”; só que ela estará desrespeitando a lei.

Quero dizer algo que me esqueci de dizer ontem, dada a minha empolgação. Quero agradecer emendas que pensam na Cidade como um todo; emendas que preservam, sim, ZER; emendas que não beneficiam bairro ZER ilegal. Quero agradecer aos Vereadores Andrea Matarazzo, David Soares, Eduardo Tuma, Floriano Pesaro e Police Neto. Por acaso, Police Neto fez uma emenda bastante interessante sobre definição de planos de bairro sacramentada por lei.

Corrigir essa reflexão me preocupou muito moralmente porque na justificativa das emendas está dito algo como “trata-se de atender reivindicação da São Benedito Legal, da não sei que que está lá e que precisa suprimir eventuais entraves à adequação da sua atividade”. Gente, o que é isso? O que estamos fazendo aqui? Legislando para que amanhã outro movimento “a”, ou “b”, ou “c” legal ou ilegal desrespeitando o que vocês estão legislando para, daí, vocês legislarem de novo para adequar?

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Peço desculpas por não ter conseguido chegar no começo da nossa reunião, pois tive atividade antes das 9 horas.

Há uma questão importante, que é entendermos a origem das leis. A lenes (?) foi muito precisa ao trazer a importância que a lei tem. Só que a lei é feita pelo homem, e o homem é falível; portanto, a lei também é falível. Então, da mesma forma que acertamos em

certas legislações, também erramos em outras.

Falarei especificamente da legislação que estamos debatendo. Todos os que participaram da discussão em 2002/2004 sabem que a zona de centralidade, batizada como ZCLz, de proteção ambiental aplicada para áreas que não são de proteção ambiental, foi a fórmula construída para algo que não tinha outra saída. Portanto, foi uma acomodação de um erro. Essa é uma verdade que não podemos esconder das pessoas; senão, fica parecendo que a forma como foi construída a legislação se baseou em amplo consenso e em um acerto do ponto de vista material e legislativo. Não foi!

A ZCLz não nasce como uma fórmula adequada. Nasce porque não havia outra solução.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Ienes (?), não estou dizendo que ela é uma má solução, mas ela não foi estudada para isso. Essa é a questão fundamental. O que estamos dizendo não é no sentido de construir nenhuma abertura para dentro de ZER: é dizer que a gente precisa, sim, discutir aquilo que lá atrás não o foi corretamente (palmas). Só isso. Os elogios ou os não elogios não fazem diferença nenhuma para o legislador, porque é o resultado, a boa lei que importa para a sociedade. Gosto de ser criticado mais do que elogiado, porque o elogio amansa aquele que quer buscar o acerto. Acho que, para acertarmos, teremos que criticar muito as nossas próprias posturas, não as dos outros. Talvez aí é que comecemos a acertar.

Acho que, ao errarmos na ZCLz, produzimos um erro para dentro dos bairros, sim: os bairros começaram a ser contaminados porque a legislação não era clara e cristalina para aquilo que deveria ser. Tenho certeza de que todos defenderiam o isolamento dentro da centralidade se estivesse claro e transparente que aquela centralidade não era para área ambientalmente protegida, coisa que a ZER não é, infelizmente.

Por que digo isso? Porque se tivermos a clareza do que se pode de fato, desde a

sua origem – que não é a ZCLZ, que não é esta legislação, e sim o conceito do bairro parque -, aí se consegue avançar objetivamente. Se há uma zona de centralidade que não corta o bairro – e ela deve ter esse tratamento, porque é limreira a ele – e se reconhece que ali deve se acomodar a atividade... Esse era o princípio do próprio loteador, que não queria atividade econômica para dentro do bairro residencial, mas limitá-la à borda do bairro; ou, num outro, ele quis limitar a um miolo e, portanto, estabeleceu aquela centralidade, e só aquela.

Se tivermos isso em mente e conseguirmos recuperar esses conceitos, não há possibilidade de se colocar as ZER em risco. Agora, a ampla oposição ao debate, dizendo-se que do jeito que está, está certo: desculpem, mas isso é tapar nossos olhos com nada, sequer com peneira. O debate deve acontecer e deve sair desse nível de que há adversários, “porque você é legal, eu sou legal”. Não. Estou dizendo que todos têm o direito de buscar, no debate público e democrático, a lei que estabiliza um processo que hoje é instável, sob pena de a ZER ficar muito pior com a manutenção da forma legal de hoje para a próxima revisão.

Volto à origem: se a lei é feita pelo homem e o homem é falível, a lei pode ser falível. E se ela pode ser falível, compete a nós acertá-la, juntos. Agora, se não tivermos a coragem de fazer isso juntos, mas criarmos adversários onde, em minha opinião, não há, aí sim erraremos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra Daniel Arnoni (?), da Amapar.

O SR. DANIEL ARNONI (?) – Boa tarde. Falo como morador de uma ZER, como cidadão paulistano. Na verdade, não posso representar um grupo, só vim falar de coração o que vejo, porque trabalho na área imobiliária, de incorporação. Moro em uma área residencial que ainda tem verde, Campo Belo, área realmente diferenciada como poucas que estão sumindo. Particpei de incorporações lá e vi lugares onde existiam várias casas e de repente surgiram tantas torres que não há nem mais sol. É isso que vim defender. Não que um lado ou outro esteja certo ou seja ilegal. Na verdade, tinha que prevalecer o bom senso. Se houver

mudança, que seja sempre para melhor. Falar isso pode parecer um contrassenso, pois trabalho com incorporação, mas vejo muita coisa errada. Pensa-se somente no lado econômico e financeiro, assim como muitos moradores, que pensam: “Quero que abra, pois vou vender minha casa valendo ‘2x’ em relação ao que vale”. Muita gente pensa assim. Na verdade, a gente se sensibiliza com as demandas de vários grupos, como a proteção de mananciais, que tem que ser algo básico. Para se cortar uma árvore, teria que se pedir autorização. De repente, as coisas mudam, vemos quarteirões inteiros sendo incorporados, prédios subindo e a qualidade de vida vai-se deteriorando.

Como morador, eu gostaria que o pessoal se sensibilizasse e pensasse um pouco mais no futuro, na qualidade de vida mesmo. Só isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sérgio Reze, da Amapar.

O SR. SÉRGIO REZE – Sou também do Movimento Defenda São Paulo e do Conselho Municipal de Política Urbana e estive em muitas audiências públicas. Penso que há documentos de sobra mostrando que tivemos, Secretário Fernando, uma atuação buscando olhar o todo da Cidade. Eu gostaria hoje de falar sobre esse todo, porque há um projeto proposto, mas esse projeto está agora sendo confrontado. Aqui há mais de 300 artigos e são mais de 300 emendas, que, neste final de semana, fiquei tentando entender. Percebo que talvez devêssemos agora conversar sobre o todo. Infelizmente, vou me ater ao famoso artigo 13.

Sou morador de uma área residencial. Fui para esse local porque não podia ficar no Centro; então, atravessei o rio. Quando cheguei a esse local, que é um bairro planejado pelo Governo do Estado, me assentei lá. Quero que esse bairro permaneça como está. Em 2002, no governo da Marta Suplicy, e em 2004, com a relatoria do Vereador Nabil Bonduki, criou-se um conjunto de regras “consensuadas” com a sociedade civil, e acreditei que essas regras valiam, e agi dentro da lei. Aqueles comerciantes que estavam estabelecidos, ao contrário do que nosso amigo da Associação Comercial... Cadê o amigo da Associação Comercial? (Pausa)

Foi embora. Meu avô veio do Líbano, era comerciante que começou no lombo de uma mula. Minha família faz parte da Associação Comercial, cujo representante hoje falou uma mentira. O comerciante que estava estabelecido antes da lei fica, tem o direito adquirido. No nosso bairro, existe isso. O que não é correto é tentar mudar uma lei no todo para tentar desqualificar 55 entidades dizendo que elas não valem nada. Isso não é correto, porque não tentamos desqualificar vocês.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. SÉRGIO REZE – Deixe-me falar! Deixe-me falar, por favor! É minha vez. Eu desafio você e vocês a irem aos nossos bairros, 55, para ver e fazer um censo para ver se os moradores não querem morar daquele jeito, não querem preservar o verde. O comerciante irregular...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. SÉRGIO REZE – Eu sei, só que o comerciante irregular não pode fazer, pela bandeira da regularização, a mudança de um conceito que está previsto nesse arcabouço legal. No artigo 13, nas diretrizes, está dito o seguinte: “Inciso II – Manutenção das zonas estritamente residenciais”. No que isso prejudica o debate posterior dos planos de bairro ou dos planos regionais? Em nada. Não engessa. É uma diretriz. Porque mais à frente, no artigo 27, no inciso XVI, está: “Definir precisamente os limites dos corredores de comércio e serviços em ZER bem como as atividades neles permitidas, adequando-os às diretrizes de equilíbrio entre usos”. Está aqui o que o Netinho falou.

Esse projeto já contempla isso. A emenda no artigo 13 transfigura uma diretriz que protege um todo, com um texto após uma vírgula dizendo: “... permitindo o pequeno comércio quando for necessário”. Se isso sair num projeto como esse, como vamos discutir o “quando for necessário”? O “quando for necessário” pode ser o cara irregular que se instalou irregularmente, desrespeitando os regulares, dizendo: “Não, o meu é necessário”. Aí, ele vai a avenida, passa um abaixo assinado e coleta assinatura de todo mundo que passa, e pronto.

Então, gente, seria uma irresponsabilidade alterar esse artigo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Diego Lustre Gonçalves, da Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia.

O SR. DIEGO LUSTRE GONÇALVES – Boa tarde a todos. Meu nome é Diego, sou gestor da Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia, que foi citada aqui inclusive pelos vereadores e infelizmente não se encontram para ouvir a réplica, na verdade. Esse debate está sendo travado em torno do aeroporto e em nenhum momento tivemos a oportunidade de falar frente a frente o que está sendo exposto pelos ambientalistas e pelos conselhos das APAs e outros conselhos também.

Então, foi questionada a representatividade desses conselhos. O Movimento Garça Vermelha citou vários conselhos, que aprovaram moções e documentações contra o aeroporto. Esses vários conselhos citados têm sua representatividade, a comunidade participando. A comunidade, que não só é moradora dessas regiões, que são áreas de mananciais, como também são consumidoras da água desta cidade de São Paulo.

Então, quando a gente está debatendo aeroporto em área de manancial, a gente está falando de mais de dez, onze milhões de habitantes que se abastecem dessa água. Basta ver o exemplo da Cantareira. A Guarapiranga ainda não chegou lá. Ainda felizmente está razoavelmente preservada.

O que eu gostaria de colocar? Na verdade, eu ia falar para os Vereadores, no caso Alfredinho e Ricardo Nunes, que precisam fazer outra leitura do que é a gestão das áreas de proteção aos mananciais; o que é a gestão das áreas de proteção ambiental, porque elas buscam o desenvolvimento, sim. Não é preservação ambiental no conceito antigo que todo mundo acha “como vamos manter o verde e o homem que se dane.” Esse conceito já é velho, minha gente. Já é ultrapassado. Desde os anos 70 a gente tenta incutir na cabeça dos órgãos públicos, dos empresários de que é diferente. Há tanto tempo discutimos isso e não mudou

nada.

O que a gente propõe é outro modelo de desenvolvimento. Desenvolvimento não é crescimento econômico. Não posso pensar que vai trazer desenvolvimento para uma área carente, que não tem infraestrutura um empreendimento privado. Desenvolvimento vem através de políticas públicas. Políticas públicas não vêm do ente privado. O ente privado quer lucro. O empreendedor do aeroporto não chegou. Vou gerar tantos empregos em Parelheiros, vou fazer um aeroporto. Não tem cabimento essa ideia, sinto muito. Ele quer fazer, porque lá é um terreno barato, ele viu uma possibilidade de geração de lucro.

Agora, o olhar do órgão público tem que ser “preciso gerar emprego”. Quais políticas públicas eu vou fomentar? E é isso que esse Plano Diretor felizmente traz. Tem avanços. Posso falar pelos temas ambientais.

Então, temos muitos avanços. Não foi citado hoje, mas o pagamento por serviço ambiental é uma possibilidade de geração de renda para quem conserva. É um ganho excelente para quem está lá na região carente de empregos. Se eu abrir uma padaria, eu gero emprego. Isso não é política pública. Política pública, plano de desenvolvimento rural fortalecendo agricultura, ecoturismo, atividades diversas, economia solidária. Os projetos que a gente discute em APA são para crescimento, são para desenvolvimento. Bastaria que tivessem um olhar para esse nosso lado.

Infelizmente, existe essa ideia de que somos contra tudo e isso não é uma verdade. Basta ver a representatividade dos conselhos; temos presentes os moradores, que são conselheiros, entendem o que a gente fala e são a favor dessas ideias.

O Vereador Alfredinho comentou sobre a pessoa que demora muito tempo para se locomover saindo de Marsilac para ir à universidade. Então, proponho o seguinte: não vamos fazer um aeroporto e sim por uma universidade lá que acho que é mais interessante.

Não foi citada, mas existe a igreja messiânica no local, que é o solo sagrado. Alguns já conhecem, porque é um atrativo turístico e está sendo proposto um projeto de hotel e

universidade para a geração de mil empregos basicamente na mesma área, no Jaceguava, que tem o aeroporto. Aí eu pergunto: ainda precisa de aeroporto?

Então uma crítica às emendas colocadas pelos Vereadores Milton Leite, o Vereador Ricardo Nunes, que esteve presente, e o Vereador Dalton.

Obrigado.

P – Tem a palavra o Sr. Alberto Milani, Viva Pacaembu.

O SR. ALBERTO MILANI – Boa tarde à Mesa, Vereadores, Secretários, demais presentes.

Advogo as ZERs, tal como estão, e, no caso específico citado pelo Vereador José Police Neto, a questão das zonas de transição, que na verdade é uma emenda do Matarazzo que eu defendo.

Para que a ZER sobreviva, não adianta apenas tê-las, porque é necessário ter as condições de sobrevivência a uma zona de transição. E as ZLC são necessárias, como um redutor, uma redução de um comércio qualquer. Quer dizer, é um comércio qualificado. O José Police Neto botou aí NR3. É possível atividades comerciais. Nós não somos contra atividade comerciais, mas a atividade comercial R3, a qual ele está propondo como emenda, pelo menos na minha experiência, na minha vivência, é extremamente predatória e destrutiva das ZERs e do entorno de convívio.

O que é a R3? Apenas para que fique claro...

- Manifestação fora do microfone.

Só dois? Ah, desculpe, então está certo. É porque eu entendi que tinha a R3.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – A gente tem que se aplicar bastante, para não gerar nos outros uma leitura errada.

O SR. ALBERTO MILANI – Eu peço desculpas, então. A R3 é que é ilegal, então. Na verdade, ele reforça a legalidade. Restaurantes e bares que se instalaram e que se transformam em boates, que foi altamente destrutivo, vão de forma sorrateira entrando na zona

residencial como bar e restaurante superbacana para a área, superlegal os serviços – padaria –, só que à noite começa a funcionar mais tarde, e, quando vemos, até às cinco da manhã.

A Rua Minas Gerais é uma rua de entorno. E o que aconteceu: atividades totalmente destrutivas das residenciais foram colocadas lá e só com a legislação, Srs. Vereadores, eu consegui tirar. Se eu não tivesse a legislação ao meu lado, eu não conseguiria tirar. E o que aconteceu? Foram todas fechadas. E sabe o que aconteceu? Nenhuma casa está desalugada. Não tem casa desalugada no local. Sabe o que havia? Vinte mil reais era o valor de um aluguel. Expulsou todos os residentes. Não dá para um residente competir com esse aluguel. O que aconteceu: continuaram as atividades ilegais, os aluguéis caíram. É isso que estamos falando: da questão econômica. E voltaram às atividades adequadas.

Então é possível, quando nós vamos atrás, que a atividades adequadas às ZERs sejam possíveis de acordo com a faixa de transição, não dentro das ZERs, e nos locais do entorno, para que seja uma faixa de transição. E isso já está no plano e isso tem que ser olhado, porque não tem sentido ZER sem vida, porque, se há atividade predatória, é o que acontece.

Obrigado. (Palmas)

P – Luiz Guilherme Bender, da Emapar.

O SR. LUIZ GUILHERME BENDER – Eu vou morador do Butantã há muito tempo, porque eu fui lá por qualidade de vida e pela segurança que temos lá. Sou a favor da manutenção do art. 13, e tenho muito medo de qualquer coisinha que venha aí, as vírgulas, que possam escancarar a lei. É esse o medo. Então, que se pense muito bem como o texto final vai sair. Concordo que cada região tem sua especificidade e que assim sejam tratadas, mas muito cuidado porque se escancarar, nós vamos ter problemas muito maiores no futuro do que temos hoje.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Regina Monteiro, Defenda São Paulo, Brooklin Velho.

A SRA. REGINA MONTEIRO – Sr. Presidente, temos um *data show*.

Eu não queria falar porque queria ouvir o pessoal novo falando, mas é incrível, são 40 anos e a conversa é a mesma. Sabe por que vocês estão assim, querendo que mude? A incompetência do Poder Público. Sabe por quê? Por que vocês querem fazer de lá um serviço? Porque lá vocês conseguem ter pessoas que vão no lugar de vocês. Por quê? A CET. A CET manda nesta Cidade.

Hoje nós temos grandes incongruências. Os corredores vieram na década de 80 para arrumar isso. Então, a conversa é sempre a mesma. Então, teve realmente a Rua São Benedito? Está lá quem pode regularizar. Teve a Lei de Conservação em 1972. A senhora tem comércio lá? Passa muito carro ali, não é?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. REGINA MONTEIRO – Vocês, como nós. Eu moro em uma casa, ZER, Brooklin Velho, e estou lutando porque fizeram a Avenida Água Espraiada e não tem projeto urbanístico. Estamos brigando com o pessoal da Emurb – eu trabalhei lá – e não consegui. Estão jogando carro no bairro. O grande vilão, que é o carro, agora tem várias proposta no Plano Diretor de se organizar o transporte público. Olha gente, o vilão é sempre o Poder Público Municipal que não dá condições. Sabe a quantas audiências dessas a gente já veio? No mínimo umas mil. Todo mundo já viu, é figurinha repetida.

Enquanto o Poder Público não der condições para este debate acontecer, nós vamos ficar brigando para sempre. Se não me disser exatamente - como foi o primeiro Plano Diretor que foi feito meio assim, empiricamente, em plena ditadura, tinha cinco zonas. Chegava e falava: baixa densidade, zona estritamente residencial. Por quê? Porque não tinha infraestrutura. Era o contrário. Zona 2, média densidade, constrói um pouco mais, até chegar na zona 5, no Centro da Cidade, porque a princípio tinha mais infraestrutura.

Então, tanto nós quanto vocês somos reféns da falta de competência do Poder

Público de nos dar dados para essa discussão. Eu sugiro que, primeiro, Plano Diretor tem de dar as diretrizes gerais, não é? E vamos pedir a todos, ao secretário, a Prefeitura para nós dar base de discussão de infraestrutura e saber até aonde a CET vai fazer ingerência ainda na nossa vida. Enquanto jogarem carro nos nossos bairros e não houver projetos urbanísticos de qualidade, vamos brigar para sempre.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Adriana Levisky, da Asbea.

A SRA. ADRIANA LEVISKY – Boa tarde a todos.

Estou representando a Asbea, Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura. Começo minha fala fazendo uma observação talvez um pouco mais otimista do que a fala da Regina, ou tentando focar um outro ponto. Apesar da avaliação ao Poder Público, nós vimos caminhando num processo de amadurecimento da sociedade nesse processo participativo que eu acho muito diferente, muito mais qualificado, do que aquilo que vivemos há 10, 12 anos. É um processo lento. Estamos aprendendo a debater, aprendendo a perceber o que extrapola o nosso bem individual para constituir um patrimônio coletivo. Acho que estamos longe disso ainda, mas já avançando nesse sentido muito mais do que estivemos antes. Tanto que hoje tivemos uma voz próxima desta Casa manifestando questões relativas à proteção ambiental, algo que não fazia parte de um discurso desta Casa tão enfaticamente. Temos divergências em áreas residenciais. Ouvimos na voz da sociedade, não apenas dos técnicos, uma demanda por uma cidade compacta. Antes somente nós, arquitetos, urbanistas, falávamos disso, e agora ouvimos isso na voz da sociedade. É superinteressante ouvir isso.

E a AsBEA queria parabenizar no Plano Diretor a proposta relativa aos eixos, que nos pareceu trazer instrumentos valiosos para que tenhamos a oportunidade de operar no âmbito da produção da arquitetura e do urbanismo no que se refere à construção de espaços mais interativos entre o espaço privado e o espaço público. Isso é salutar, é necessário. E o que eu tenho ouvido aqui é que parece que a própria sociedade está querendo isso de uma

maneira bastante significativa. Então é bastante interessante. Então parabeno essa propositura.

Ao mesmo tempo, nós estamos bastante preocupados com aquilo que se refere a uma orientação na macroárea de qualificação urbana, exclusivamente, com relação a decisões aos parâmetros urbanísticos, às condições de instalação, que, pela complexidade da nossa cidade, pela pluralidade de posicionamentos, pelos conflitos, talvez de fato fosse mais prudente deixar isso para o momento da revisão do zoneamento. Então, nesse sentido, com relação ao que se estabelece no quadro 2A, por exemplo, a sugestão da AsBEA é que os Vereadores reflitam no sentido de se manter a 13.885, para que se possa amadurecer todas essas demandas. E que a gente possa ensaiar nos eixos aquilo que vem como uma oportunidade de alteração de modelos, alteração de cultura, de apropriação da cidade, mas que sejamos ponderados e prudentes no que se refere à macroárea de qualificação urbana, e mantenha a 13.885.

Em função da emergência e da necessidade já na voz da sociedade com relação à necessidade do uso misto, a nossa solicitação é que se avalie a isonomia com relação a não limitação de estoque não somente aos usos residenciais, mas também aos usos não residenciais até que se faça a revisão. Essas são as solicitações da AsBEA, admitindo, dessa maneira, poder fazer uma transformação gradativa, de forma regular, projetada, pensada, e que as regras tenham clareza, inclusive no ato da aprovação dos projetos, porque esse é um outro tema que precisa ser extremamente bem pensado, porque em toda mudança de lei é uma dificuldade tremenda de prever as incompatibilidades e a dificuldade de aplicação da lei.

Essas são as contribuições e os pedidos para que sejam analisados nessa revisão.

Obrigada.

P – Adriana, todas essas manifestações são aquelas que você já protocolou?

R – Sim, a AsBEA protocolou, inclusive, para todos os Vereadores. Tem todas essas considerações colocadas num documento que a gente produziu.

P – Ok. Obrigado. Tem a palavra o Sr. Heitor Marzagão, do Movimento Defenda São Paulo.

O SR. HEITOR MARZAGÃO TOMMASINI – Srs. Vereadores, público presente, vou fazer uma apresentação, e por isso peço para apagar a luz, por favor.

Meu nome é Heitor Marzagão Tommasini, sou do Movimento Defenda São Paulo, fui presidente da Associação dos Moradores do Jardim da Saúde por quatro anos e vice-

presidente por dois anos. Quando o Jardim da Saúde passou de ZER2 para ZER1, nós fizemos inúmeros trabalhos. E fui durante oito anos conselheiro do Conselho Estadual do Meio Ambiente, representando as ONGs ambientalistas, por sete anos conselheiro do Conselho Municipal de Meio Ambiente, representando as ONGs ambientalistas, e sou conselheiro na Reserva do Conselho da Biosfera do Cinturão Verdade da cidade de São Paulo.

E essa cidade foi feita sem a característica que alguns dos senhores falaram: uma premissa sobre a questão da crise do desenvolvimento. Toda a cidade de São Paulo foi feita numa época em que não se pensava no esgotamento ambiental, não se pensava no esgotamento dos recursos. E essa produção dessa cidade pode e deve ser corrigido. E é nesse momento mesmo que devemos fazer os estudos, trazer o embasamento técnico, trazer a consistência do discurso para que não cometamos mais erros, porque os erros que vão ser cometidos agora podem dar uma insustentabilidade tal na cidade que a própria vida na cidade relegada aos estudos da saúde humana, a saúde da produção e a saúde econômica sejam extremamente prejudicados.

O que faltou? Faltou o planejamento ambiental estratégico, que é um instrumento de planejamento que pedimos há anos.

Ontem passaram dados de uma cidade americana. Mas nós construímos os nossos próprios dados. Esses dados são da própria Prefeitura, que mostra o aquecimento da metrópole dado a esse fruto de crescimento. É aqui que nós vivemos e é aqui que nós sofremos.

Olha o que temos: o centro de temperatura elevada e toda uma área árida aqui. Zonas áridas por causa de uma produção do território, de uso e ocupação do solo. O bairro Jardins comprovadamente tem uma função ambiental. Infelizmente o Vereador Police Neto saiu. Mas essa discussão não foi feita somente no âmbito da Prefeitura. Eu também fui Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental e várias discussões sobre cidades e metrópoles saudáveis foram feitas durante muitos anos. Então existem documentos comprovando que as questões ambientais têm inúmeras influências, e que essas regiões são fundamentais para se ter um equilíbrio ambiental.

Olha, a comprovação está clara aqui: entre as áreas residenciais e as manchas de amortecimento urbano. Então a função ambiental existe.

Nesses eixos tem diferenças de temperaturas de até 10 graus em pontos distantes da cidade, 27 microclimas diferentes. É isso que precisa ser corrigido. Temos que pegar essas

áreas ruins da cidade e levar o bom urbanismo, levar projetos de adequação do uso e ocupação do solo e que a gente faça uma cidade que tenha um resguardo ambiental para que todos possam viver bem. Não é possível nós não tratarmos bem e preservar aquilo que é necessário ser preservado para o interesse difuso, Dr. Maurício, para o interesse de toda a sociedade. Não estamos falando de questões pessoais.

Olhem aqui a quantidade de desmatamento. Não dá para ler, mas estão lá: bairros verdes, zonas exclusivamente residenciais em amarelo. É isso que precisa ser feito. E são dados oficiais da Prefeitura, dados que nos dão elementos técnicos e inclusive jurídicos para defendê-lo.

Então 3,5 parques de Ibirapuera são desmatados por ano na Cidade, independentemente de algum replantio que seja feito. E são nas áreas impermeabilizadas é que devemos fazer um planejamento de reconstrução.

Vejam aqui: a pressão dos prédios, que são exatamente as muralhas de concreto pressionando os (Ininteligível) e a reserva ambiental.

E os bairros exclusivamente residenciais: usos regulares fora dos corredores planejados – os corredores vão ter de ser planejados.

Então, vejam a resistência ambiental urbana. Podem passar, Campo Belo, Pacaembu, Planalto Paulista e Jardim da Saúde. Aqui está uma frase da geógrafa Magda Lombardo, falando sobre áreas verdes e bairros residenciais: “A defesa da qualidade ambiental desses bairros não têm importância meramente local, mas para toda a Cidade como um todo, na medida em que a mediação climática por eles introduzida na metrópole compacta beneficia a todos que nela habitam”.

A proteção ambiental existe hoje no artigo 156. A preservação e proteção das áreas estritamente residenciais obedecem até um comando constitucional, que todos têm o dever de proteger e defender o meio ambiente. Esses bairros têm função ambiental.

Sobre a questão da violência, há estudos da própria Secretaria. Foi feito um estudo com a Secretaria Municipal de Segurança Pública, para mostrar que os bairros residenciais são os menos violentos. Esse é um dado dos anos 2000 e 2005. Vemos que se diminuiu a violência na cidade de São Paulo, quanto a homicídios.

Vou usar o cenário pior. Aí a criminalidade está espalhada na Cidade. Ela não é característica de ZER. Pelo contrário, nas áreas de ZER, há menos violência.

Esse é outro dado de homicídios dolosos. Vemos também aqui a mesma característica.

Vejamos furto ou roubo qualificado. Isso ocorre fora da periferia. Não é uma concentração que o zoneamento 01 que gera violência. Pelo contrário, é exatamente, nas áreas 01, que há a maior composição de moradores. Lá pessoas têm muros abertos. Conseguem ver os vizinhos. Isso é documentado. Há documentos da própria Prefeitura comprovando isso.

Há uma tentativa de se demonstrar tecnicamente aqui algumas questões que estão sendo colocadas. Essa apresentação foi importante.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Jonas, da Associação dos Moradores dos Jardins.

O SR. JONAS – Bom dia a todos, inclusive o Sr. Maurício Lopes, membro da instituição permanente e indispensável à função jurisdicional do Estado, que vai muito nos ajudar na preservação das áreas verdes.

O que não podemos fazer desse Plano Diretor é uma lei singular, que beneficia determinada pessoa ou um grupo restrito de pessoas. Nós devemos ouvir e atender, na medida do possível, os mais diversos pensamentos e posições.

Reforço o que estou falando com 55 entidades que apoiam a preservação das Zonas Estritamente Residenciais. Falando dos Jardins, nós reforçamos os valores ambientais, culturais e históricos para a cidade de São Paulo. Ali há 8.500 árvores mapeadas pelo IPT nas áreas públicas. Cerca de quase um milhão de pessoas circulam na região da Faria Lima e Juscelino Kubitschek todos os dias. Há três equipamentos culturais, MIS, MUB e Museu da Casa Brasileira, visitados por diversas pessoas dos diversos pontos da cidade de São Paulo.

O Jardim América é o primeiro Bairro Jardim do Brasil. Ele tem uma importância histórica. Nós precisamos preservar a história dessa Cidade. Em termos de segurança, nós ficamos nove meses sem um registro, no ano passado, de assalto a residências na região dos Jardins. Por quê? Vidigal, no Jardim Paulistano. Fizemos isso junto com a Polícia Militar.

E o que nós queremos lá? Temos Zonas de Centralidade Lineares, onde queremos ver as atividades reguladas. Hoje é um absurdo o que acontece lá, pois essas zonas estão sucateadas no bairro. Muitos escritórios estão realmente dentro das ZER, mas não só escritórios, também agências de viagens, todas camufladas. Nós já fizemos diversas vezes denúncias e até pedimos o apoio do Ministério Público, mas as coisas continuam irregulares. O que não queremos é isto: regularizar as irregularidades.

Ontem foi dito que estamos discutindo só 4% do território da Cidade. Quem dera fosse mais. Quem dera pudéssemos ter áreas verdes espalhadas pela Cidade, com qualidade de vida para receber visitantes de todas as partes de São Paulo.

Também foi citada a questão de votos. Temos na região 27,5 mil pessoas. Lá não é só para votos, também somos procurados sempre nas vésperas da campanha para financiamento de campanha. Estamos dispostos a ajudar, mas ajudar aqueles que queiram também contribuir com a preservação dos jardins e das nossas áreas verdes. Reforçamos isso.

Acho que os nossos amigos podem ser atendidos, sim. Podemos fazer essa tal lei singular, é só acrescentar uma vírgula e excluir apenas esse trecho. Podemos fazer isso. No entanto, a grande maioria das pessoas das ZER quer realmente a preservação e a regulação das zonas de centralidade.

É isso, Vereador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Leila Guiomar, da Vila Madalena.

A SRA. LEILA GUIOMAR – Boa tarde. Não sou representante de nada nem de ninguém, sou apenas uma munícipe e simpatizo com todas as questões que foram abordadas.

Moro bem em cima do metrô Vila Madalena e quero falar de um painel que divulga cinco novos empreendimentos em andamento, sendo que um deles acabou de ser entregue. Ninguém respondeu até agora qual é o critério, o estudo que viabiliza a construção desses empreendimentos numa área tão frágil, porque ali já não há mais infraestrutura de esgoto e para circulação de automóveis. Já está um caos.

Andei pesquisando e descobri que esse erro vem desde a aprovação da lei de 2004. Foi um equívoco ter jogado para o centro expandido o adensamento. Até agora não descobri nenhum estudo que fundamenta, que viabiliza essa extensão para o centro expandido. Encontrei, sim, sobre o centro velho. Esse, tudo bem, tem que ser feito realmente, pois tem fundamento. Agora, para o centro expandido, não.

Na assembleia anterior, parabeneizei a divulgação da gestão participativa no metrô e nos ônibus. Por essa divulgação, achei que quem não tinha comparecido é porque não pôde mesmo. Mas, pior, descobri que quem não veio é porque sequer tinha ideia do que está acontecendo, porque esse adensamento vai acontecer em todos os corredores em cima dos metrôs, e a população que vai ser atingida não tem ideia disso. É absurdo o que está sendo feito aqui. Isso, me desculpem, não é gestão participativa. Gestão participativa é o que vou propor agora.

Apesar da ampla divulgação para a participação popular, não houve divulgação adequada do conteúdo e das diretrizes deste novo Plano Diretor e do anterior, algo que nem sabia que existia. Eu não sabia desse plano anterior, que causou todo esse impacto, eu não sabia da região que foi do adensamento. A gente vai descobrindo, conforme você vai sendo prejudicado, na verdade.

Tudo isso vai desconfigurar a Cidade, vai ficar um absurdo. Inclusive, tem aqui que vai poder aumentar em quatro vezes a área construída de cada empreendimento imobiliário ao redor das zonas do metrô e dos corredores. Isso justifica? Qual estudo que justifica isso? É impossível, o chão não vai aguentar, o metrô não vai aguentar. Em cima de metrô, gente,

vocês não têm ideia do que vai acontecer.

Estou pedindo e propondo que a questão do não adensamento seja delegada aos planos de bairro, e que esse plano de bairro tenha a participação verdadeira popular. É o plano de bairro que deve definir se vai adensar ou não. Esse é meu pedido.

A justificativa para esse adensamento não é muito consistente, uma vez que a população não para de crescer. Agora, você vai pegar o problema da periferia e vai jogar para o Centro, alguns lugares que já funcionavam? Você vai instalar o caos total, porque aí não vai ter nada que funcione mesmo. Em vez de estabelecer políticas públicas para atender as áreas mais afastadas ou descentralizar, regionalizar setores, desenvolver polos de desenvolvimento nas periferias, não, joga tudo para o Centro. Continua o problema e vai crescer também na periferia. Ou seja, São Paulo vai ficar inviável.

Parece muito interessante esse adensamento, parece que está atendendo assim a um segmento bem específico, não é? Pelo que dá a entender. A gente não quer isso. Parece que é o *Construbusiness*. O interesse não é esse, não é? (Pausa)

Tem que ir para o plano de bairro, por favor, a questão do adensamento, e que a divulgação seja feita principalmente para as pessoas que serão atingidas. Elas têm que ser obrigadas a participar. Isso não pode ser assim. Está completamente errado.

Agradeço e boa sorte para a gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado, Leila.

Cristian, do Movimento ZER Legal.

O SR. CRISTIAN BOJLESEN – Cristian Bojlesen, do Movimento ZER Legal, serei breve, não vou usar apresentação, mas o que eu vejo no geral, dando um passo para trás, realmente é a consolidação do Estatuto da Cidade como um instrumento democrata e não tecnocrata. Tinha-se antigamente o Plano formulado por tecnocratas do Município e a sociedade sem qualquer participação; numa segunda etapa só teve uma transferência da tecnocracia, porque ela saía do Município, ia para arquitetos e urbanistas, mas não

efetivamente para quem mora nos bairros, para quem conhece. Acho que essa é uma etapa que, justamente por causa disso, deve causar medo em todo mundo.

Como já falei ontem, friso sempre, até causa estranheza falar em Jardim Paulistano. Os bairros da City são protegidos por escritura, há bairros protegidos por tombamento. O Condephaat já se recusou a tombar, no passado, o City Lapa, alegando que não era necessário, porque estavam protegidos por escritura primitiva.

Se pegar a sobreposição dos moradores de bairro veremos que não são a mesma realidade. Não estamos falando de Pacaembu, nem de City Lapa, estamos falando, como mostrei ontem, de realidades muito diferentes. Há, no Campo Belo, quadras e quadras abandonadas, não se trata de ser comércio ou não comércio. Não há o uso residencial, não se pode usar comercialmente, as casas estão abandonadas, estão sendo invadidas.

Acredito no que o Police Neto falou de que existe uma solução que agrada os dois e preserve o interior das ZERs, mas que enderece essa situação, porque há muitos casos que se olha e o zoneamento não faz nenhum sentido. Há quadras e quadras com Zona Mista, de repente tem três quarteirões ZER, que não são ZER, isso precisa ser discutido depois.

Referindo-me novamente à razão porque pleiteamos tanto fazer isso numa etapa posterior, é que já tem uma ADIN que, no passado, pessoas de quarteirões inteiros decidiram pela mudança e não conseguiram fazer por causa de outras poucas pessoas que ingressaram com uma ADIN.

Pedimos também que o Defenda São Paulo - sei que é uma instituição bem vasta, com representantes em todos os bairros, mas também tem essa tensão -, que veja a realidade de cada uma das entidades. Porque às vezes se tem uma entidade que judicializa uma questão e, do outro lado, entendemos que o Defenda São Paulo tem essa mesma posição.

Não vou entrar muito em critérios técnicos, até tenho um estudo da (Ininteligível) que mostra que zonas estritamente residenciais têm 80% da arborização no viário, hoje, infelizmente, entra lote.

Mas o principal que quero deixar aqui é que todo mundo busque um entendimento de bom senso.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado. Edvan Bezerra, presidente da Esul.

O SR. EDVAN BEZERRA – Bom dia a todos, vou ser o mais breve possível, até porque estou vendo tanto ambientalista aqui que dá medo de falar para defender empresário. Acho que temos que nos ater à discussão do Plano Diretor.

Eu queria deixar registrada a minha preocupação, como representante dos empresários da nossa região, de não engessar a Cidade. Nós temos o projeto do Arco do Futuro, do Prefeito, onde vai melhorar uma região da Cupecê, por exemplo, e nós temos lá a Av. Senador Teotônio Vilela que não tem mais nenhuma árvore. Não tem mais nada lá, é só residência, prédio, comércio, corredor de ônibus.

Com o Plano Diretor, se nós não atentarmos a deixar no Plano que aquela é uma região que pode ter um desenvolvimento, ela pode se tornar uma região engessada. Depois, esse mesmo pessoal que hoje defende a preservação de Parelheiros, vai ter lá um desmatamento, onde nós já temos um desmatamento efetivado que é a região da Teotônio Vilela.

Já foi falado hoje nesta mesa, quero defender o Poder Público, diga-se de passagem, eles trabalham sim e têm eficiência. Eu tenho bastante proximidade com as pessoas do Poder Público e vejo um trabalho árduo. Mas temos que achar o ponto de equilíbrio. O pessoal do meio ambiente tem que chegar mais perto do pessoal das empresas, porque precisamos sim arrumar emprego para o pessoal daquela região, que tem 800 mil pessoas morando – quem é da minha região, nasci e me criei no Grajaú, sabe do que estou falando. Trata-se de uma região carente, onde há crianças passando fome e as pessoas têm que sair de lá, levam três-quatro horas para chegar ao seu trabalho.

Precisamos preservar, mas também precisamos de alternativas de trabalho. A minha preocupação é como não engessar a nossa região com esse Plano Diretor. Tenho a preocupação de que amanhã ou depois não possamos nem ter uma prestadora de serviços em Parelheiros.

Eu queria que meus amigos ambientalistas me dissessem se uma empresa de *callcenter*, por exemplo, prejudica o meio ambiente. Hoje, com a legislação vigente, não se pode instalar um *callcenter* em Parelheiros.

O Prefeito quer fazer o desenvolvimento do ecoturismo, como nós vamos instalar um hotel em Parelheiros e não pode tirar a sua licença. Se aquele local for transformado em Zona Rural, acredito que não vai poder ter hotel.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDVAN BEZERRA – Tem que tomar certo cuidado. Você vê que nós precisamos aproximar o meio ambiente e o empresário para a gente poder não encher a Cidade. Ok! Manda convite que estarei lá. Então, deixo registrado mais um ponto na zona Norte, o senhor falou que eles não acessam a nenhuma estrada. A zona Sul também não tem. Deixo registrado minha preocupação em não engessar nossa cidade e que na região de Parelheiros, tantos ambientalistas lutam, que por favor possam ter empresas prestadoras de serviço naquela região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado Edvam. Com a palavra o Sr. Ronaldo Farias, da OAB de Santo Amaro.

O SR. RONALDO FARIAS – Boa tarde a todos. Hoje integro a diretoria da OAB de Santo Amaro, mas também sou ex-presidente da AESU – Associação Empresarial da região Sul. É com relação a esse assunto que gostaria de falar. Essa associação está infiltrada dentro da área das Subprefeituras, da Capela do Socorro, Santo Amaro e Parelheiros. É uma região bastante desenvolvida, adensada, mas o que temos lá são as represas Guarapiranga, Billings,

onde existe um adensamento muito grande próximo dessas represas. O Poder Público, infelizmente permitiu e hoje existe lá, um verdadeiro adensamento muito grande. Estudando o Plano Diretor, vi com relação aos eixos de estruturação da transformação urbana. Esses eixos, a Av. Senador Teotônio Vilela está sendo contemplada. Uma parte dela está sendo contemplada. Só que área de influência dela é muito pequena. Deveria trazer para esses eixos o desenvolvimento daquela região. Então porque não trazer para essa área que é tão, como o Divam disse que é uma área que esta desenvolvida. Tem como ser aproveitado para moradia, trazer aqueles moradores que estão na margem da represa, para essa área da Teotônio Vilela. O meu pedido seria para que essa área de influência do eixo de estruturação seja ampliada para a área da Teotônio Vilela. Se pegarmos o mapa, tem até um certo adensamento até a região da Cidade Dutra, e depois ela fica um pinga e pinga, que não trará resultado. A ideia, é realmente trazer essa área de influência do eixo para a área da Teotônio Vila e sequer até a Praça Daminore. Esse é o nosso pedido. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Boa tarde a todos. Agradeço ao nobre Vereador Paulo Frange por esse tempo, em vista de mais uma greve que vem a exemplo de três semanas atrapalhar a população a participar das discussões aqui. O plenário poderia estar mais cheio. A população pobre, carente e humilde não está podendo vir fazer a discussão. A população carente. Essa é uma situação muito complicada, mas estamos aqui, e mais uma vez vamos discutir esse Plano Diretor, que por sinal, ante participativo, pois é muito claro no artigo da Lei do próprio plano, Art. 279 da Lei em vigor, é muito clara. É assegurada a participação direta da população em todas as fases do processo gestão democrática da Política Urbana da cidade, mediante participação; 6- Conselho reconhecido pelo Poder Executivo Municipal. Ora, o Conselho Municipal do Idoso, é um Conselho há 22 anos e esse conselho não foi ouvido, haja vista que foi riscado do Mapa, o Grande Conselho Municipal do Idoso. O idoso iria apoiar sua própria extinção? Não! Portanto é um vício muito grave, Sr. Promotor, Sr. Vereador Dalton, Vereador Dalton e Sr. Secretário que mandou esse péssimo ante projeto para essa Casa,

tirando conselhos que estão com direitos assegurados na lei atual. Então se rasgou esse plano. E mais, o art. 143, da Lei Orgânica, diz o seguinte: O município se organizará sua administração do processo de planejamento descentralizado e participativo.

O Distrito Santo Amaro tem Santo Amaro, Campo Grande e Campo Belo; o Distrito Parelheiros tem Parelheiros, Marsilac; o Distrito Capela tem Socorro, Grajau e Cidade Dutra. Por que não foram fazer audiências em Marsilac ou em Grajau? Quer dizer, não estão respeitando o critério da lei.

Esse Plano Diretor viola o Estatuto da Cidade, a Lei Orgânica e a lei anterior que querem revogar. A APA do Carmo existe na Lei Orgânica há 24 anos; sumiu do Plano, sumiu o substitutivo. Onde está o Vereador Nabil Bonduki? Sempre ausente para explicar porque não está incluindo a APA do Carmo no Distrito Parque do Carmo. A zona Leste sumiu do Plano, quer dizer, esse Plano Diretor, se aprovado, vai cair num confronto com a Lei Orgânica do Município. Esse processo é ilegal, imoral.

Portanto, vamos ter que melhorar bastante. Não é aceitável aprovar esse Plano em poucos dias. Os índios não foram ouvidos no processo. Por tudo isso, a gente solicita que sejam feitas mais audiências públicas, mais discussão e sem pressa na aprovação desse importante projeto para a Cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Fazendo justiça ao Vereador Nabil Bonduki, que tem exagerado na dedicação; tem ficado aqui muito além do tempo. Hoje, por problemas pessoais, não pôde comparecer. Fábio, é uma injustiça o que disse sobre o Vereador Nabil Bonduki, que tem estado diuturnamente presente e somos seus interlocutores. No final desta reunião eu não vou falar. Quando eu presido – aprendi na minha vida como médico – não assumo lado algum. Apenas dirijo a situação como um juiz, estou apenas administrando o tempo para a boa condução dos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO – Agradeço muito a oportunidade de falar agora, apesar de ter cometido o engano de ter assinado outra lista. Então, reitero o meu agradecimento ao presidente e cumprimento a Mesa e todos os presentes que tiveram a paciência de ficar até agora.

- O orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. EDUARDO - Queria falar rapidamente em relação a esse assunto, que tem a ver com esses eixos, mas especificamente falarei sobre essa escola. É uma escola estadual, que está na beira da Vila Madalena, numa região altamente valorizada.

No próximo *slide* podemos ver a escola, que está defronte a uma grande praça e numa região em que há vários prédios construídos. Já houve gestões que tentaram demover essa escola do local. O conceito dessa escola foi mudado. Era uma escola estadual de ensino fundamental e médio e inexplicavelmente o Governo do Estado tirou o ensino médio. É de uso apenas de ensino fundamental, sendo que existia a demanda.

Então, o que eu queria chamar a atenção de vocês é para o seguinte: primeiro, a importância das escolas para a questão da democracia da Cidade. Na realidade, faço parte do Movimento SOS do Quarteirão do Itaim Bibi e havíamos conseguido realmente uma sensibilização dos vereadores.

Infelizmente aprovaram a venda do quarteirão por um equívoco de entendimento ou falta de sensibilidade. Mas, acredito que estejam revendo essa posição, uma vez que estão cancelando aquela lei. Congratulo-me aos vereadores nesse sentido.

Queria chamar um pouco a atenção de vocês para reproduzir o texto do Gilberto Cunha França, Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, pesquisador que tem se dedicado aos estudos que avaliam os impactos das lógicas da ocupação da Cidade e seus efeitos na satisfação dos direitos educativos.

“A escola é locus central da educação e do acesso ao conhecimento, é pressuposto para construir uma sociedade democrática, justa e igualitária. Mas o direito a educação vai

muito além. A conquista do direito a educação de fato requer transformações internas e externas ao ambiente escolar. A questão interna mais importante refere-se à condição de trabalho do professor. Externamente, passa por diminuir a segregação e a exclusão das crianças, dos jovens e de suas famílias do espaço da Cidade.

O SR. _____ - É muito difícil condensar um conhecimento tão importante.

O SR. **PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB)** – Não tem nenhum problema. Podemos protocolar isso em nosso material e pedir a publicação dele. Não há nenhum problema.

O SR. _____ - Sem dúvida. Inclusive coloco aqui, à disposição, a tese de doutorado referente a isso, cujo título é: Urbanização e Educação. E ele levanta, historicamente, como as escolas públicas têm sido vendidas, ou melhor, têm sido desativadas. Ainda não foram vendidas. Foram desativadas aqui na região Oeste.

O SR. **PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB)** – Seria bom deixar conosco.

O SR. _____ - Com certeza. Aliás, já estou encaminhando isso através do Vereador Toninho Vespoli e espero que seja apresentada, então, uma emenda, a respeito da retirada do Artigo 284, que diz “os programas, ações, investimentos públicos e privados no sistema de equipamentos urbanos e sociais devem ser orientados segundo as seguintes diretrizes: priorizar o uso de terrenos públicos e equipamentos ociosos ou subutilizados”.

Qual é o critério que se usa para classificar esses imóveis como ociosos ou subutilizados. Aí vamos lá, no Artigo 88, “são considerados imóveis subutilizados lotes e glebas com áreas superiores a 500 metros quadrados e que apresentaram coeficiente de aproveitamento inferior ao mínimo no quadro 2 A. Daí, vamos no quadro 2 A: é meio por cento, ou seja, várias escolas estão sendo ameaçadas por esse texto.

Acho importantíssimo que as pessoas responsáveis por essa avaliação estejam –

aliás, não sei onde estão os Vereadores responsáveis pela Comissão de Educação – eu mesmo estive na audiência pública na quinta-feira e eles não estavam presentes, assim como representantes do Poder Estadual que acho seria extremamente pertinente, uma vez que essas escolas, a maioria delas, são escolas estaduais.

Esse interface tanto do ponto de vista da transversalidade dos assuntos que estão sendo tratados, quanto da representatividade da audiência que está aqui, com relação, inclusive, à questão metropolitana. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) – Gostaria de lamentar a ausência da Secretaria de Educação e Saúde que, mesmo com nossa insistência, não compareceu nas audiências públicas. É uma pena.

Dr. Maurício abriu mão da fala.

Vereador Dalton Silvano, por favor, para encerrar.

O SR. DALTON SILVANO (PV) – Não exatamente para encerrar, mas apenas para mencionar nosso contentamento e eu, particularmente, que vivi o Plano Diretor do ano de 2002, estou vivendo esse novo Plano Diretor desde o início de 2013, quando o Prefeito Fernando Haddad manifestou o seu desejo, sua intenção, de aprovarmos esse Plano Diretor e por ter participado de inúmeras, dezenas, de audiências públicas, podemos ver que a cidade de São Paulo é composta por pessoas que trazem, para nós, toda essa complexidade e os antagonismos, diferenças de opiniões e posições, todas legítimas.

Quero fazer justiça ao que disse o colega Fábio: há duas pessoas que não podemos criticar por falta de participação ou comparecimento em qualquer tipo de debate. Um, é o Vereador Nabil Bonduki, a quem chamo de professor pela capacidade que ele tem de interpretar e outra é o próprio Fábio. São duas pessoas que não faltam de jeito nenhum.

Obvio que cada um tem seus problemas particulares, não fosse assim, esse plenário estaria lotado do começo ao fim.

Às vezes, eu mesmo, que hoje estou cuidando de minha mãe, adoentada, vira e

mexe tenho de sair correndo. Então faço justiça ao Vereador Nabil Bonduki e ao Fábio.

Nunca vi nesta Casa uma participação popular tão grande e eu mais prefiro ouvir a falar. A gente vai aprendendo e a nossa democracia vai se consolidando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o nobre Vereador Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI – Obviamente queria me desculpar porque estive no início da audiência pública e tive de sair, mas foi por uma boa causa. Acabou de ser inaugurada, e eu tinha de estar presente, uma central mecanizada de separação de lixo na Ponte Pequena. É a primeira instalada na América Latina.

Como todos sabem, fui Secretário Nacional de Recursos Hídricos em Ambiente Urbano, que cuidava da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A Ministra veio e eu tinha de acompanhar isso, mas também tinha uma segunda razão.

Vocês sabem que uma das questões polêmicas é a usina de transbordo da Anhanguera, que está previsto para a Vila Jaguara. Existem várias emendas para a supressão dessa usina de transbordo em função de que ela, teoricamente, causaria impacto, cheiro e etc no entorno.

Então, a usina mecanizada de separação fica ao lado da usina de transbordo da Ponte Pequena que eu não conhecia. Eu também tinha a intenção de ver se havia ou não cheiro ou impacto. Cheguei à conclusão de que o impacto é muito pequeno.

Temos ainda uma cultura antiga em relação à questão de resíduos porque é uma ideia de que qualquer equipamento de resíduo é um lixão. Inclusive, no nosso plenário havia uma faixa “Contra o lixão da Vila Anhanguera”.

Só quero dizer que não é um lixão, é um equipamento vedado, fechado e que causa muito pouco impacto. Isso não quer dizer que não vamos tirar do mapa eventualmente. É uma questão que está polêmica. Quero até programar uma visita dos Vereadores, inclusive as escolas deveriam visitar também, a usina mecanizada de separação de lixo que vai fazer com que a Cidade chegue a 2016 com 10% de reciclagem, o que é muito importante.

Foi falado que um dos assuntos polêmicos aqui foi a questão do aeroporto. Não vou falar de ZER, que também é polêmico. A nossa disposição é ter no texto final algo como já está no texto aprovado em primeira, poderá haver modificação no texto que é transferir essa discussão para um fórum próprio, que seria sobre infraestrutura aeroviária na cidade de São Paulo sob todos os aspectos econômicos, ambientais, urbanos, de mobilidade, impacto no entorno de mananciais. O Plano Diretor é maior do que tratar de um assunto específico e nem temos todos os elementos.

Outra questão que queria destacar é que o Plano Diretor recebeu um conjunto de legislações que já existem, como as de APA, por exemplo. Temos já APA do Bororé, a APA de Capivari-Monos, a APA do Tietê e a APA do Carmo. E assim como os mananciais, de uma maneira geral, não são áreas onde não pode acontecer nada, onde está vedada qualquer tipo de atividade, porque existem atividades que podem ser feitas, inclusive moradia, condicionada a certas condições. Então a discussão que temos feito, inclusive com o Vereador Dalton Silvano e com bancada do PV é para que eu ZEIS4, que são de mananciais, estabelecer um conjunto de condicionantes que permita a compatibilização entre a ocupação habitacional e a questão ambiental. Isso é muito importante. Temos o nosso sistema de áreas verdes, áreas protegidas em espaços livre, e esse sistema inclui as áreas indígenas homologadas, incluem as APAs, os parques, as áreas protegidas, as Zepams. De qualquer maneira, garante um conjunto de proteções adequadas para o meio ambiente, que depois precisa ter fiscalização, precisa ter... é insuficiente para poder dar conta.

E para não dizer que não falei aqui de outro polêmico, quero finalizar com o seguinte: vamos tentar estabelecer uma legislação, uma regra geral no Plano Diretor que garanta que a Lei de Uso e Ocupação do Solo possa discutir assuntos locais específicos, segundo regras e critérios gerais. Acho que está claro, até porque todos defendem a qualidade urbanística e paisagística da ZER, e também das zonas de centralidade linear em ZER. Vejam bem: nós temos uma zona hoje, não estamos falando de ZER, e ela se chama zona de

centralidade linear em ZER, que são os corredores dentro de ZER ou nas suas áreas lindeiras. Esses corredores, quando foram pensados, lá em 2002, e depois em 2004, têm que ter os mesmos requisitos em termos urbanísticos e do ponto de vista paisagístico das ZERs. Ou seja, tem que respeitar a volumetria, tem que respeitar a questão de permeabilidade, tem que respeitar as condições de taxa de ocupação, gabarito, tráfego. Se bem que tráfego, na verdade, já é uma alteração (?) que está um pouco fora do zoneamento *stricto sensu*. Mas, por exemplo, criar mecanismos, e não somente para esses corredores, mas para a cidade toda. Temos, inclusive, colocado um tráfego com uma velocidade mais baixa, na cidade como um todo, que responde inclusive à expectativa dos cicloativistas, responde à perspectiva daqueles que querem uma cidade mais humana, que respeita a mobilidade não motorizada.

O SR. DALTON SILVANO – Vereador, só um aparte. Eu não fico ansioso porque já saí da idade de ficar ansioso. Mas é sempre bom esclarecer, e eu sempre repito isso, que a cada demanda apresentada na audiência pública, cada ação provoca uma reação, e ontem a Comissão de Política Urbana, conversando sobre assunto, passou cerca de duas horas debatendo essa questão. Estavam presentes os Vereadores Paulo Frange, Andrea Matarazzo, Nabil Bonduki. Foram duas ou três horas conversando sobre esse assunto, porque uma coisa é aquilo que a ente pensa e aquilo que nós queremos, a outra coisas é pôr isso no papel, porque às vezes uma vírgula acaba estragando tudo. Então é sempre bom dizermos da importância da audiência pública e de a Comissão estar trabalhando.

O SR. NABIL BONDUKI – Obrigado, Vereador Dalton. Agora está afunilando. Nós percebemos onde estão os principais pontos de disputa de conflito. Então quero só trazer esse dado que nós precisamos colocar.

Os corredores, as zonas de centralidade linear em ZER, têm que ter os mesmos parâmetros. Então, por exemplo, Christian, que está aqui, apresentou ZER que está meio descaracterizada, sem arborização, etc. Quando o espírito de manutenção da ZER, que acho que precisa mudar, precisamos falar em manutenção, em qualificação, em recuperação de

suas condições iniciais e, eventualmente, até a ampliação, se for o caso, o zoneamento pode definir. Assim como o zoneamento pode definir, eventualmente, uma pequena área de ZER que deixa de ser ZER e passa a ser, por exemplo, um corredor de centralidade linear, podemos ter outras áreas que passam a ser ZER, inclusive de média e alta densidade, que é uma discussão que está prevista, que se discutiu muito pouco. Isso porque posso ter uma Zona Exclusivamente Residencial - está certo? - de média densidade, ao invés de eu ter uma Zona Mista de média densidade.

Então, vamos dizer que também significa uma proteção. Eu tenho, por exemplo, um coeficiente 1,5, numa área que hoje é uma Zona Mista, faça a ter um coeficiente 1,5, mas ela deixa de ser Zona Mista. A Zona Mista passa a ser uma centralidade num lugar onde há um tráfego mais intenso, e a área interna do quarteirão, dos quarteirões, ficam protegidas como uma zona apenas residencial de média densidade.

Então, temos de ter clareza na possibilidade, da importância de ter essa flexibilidade para melhorar a cidade. Há um princípio que está colocado, o princípio de que onde se deve adensar, prioritariamente, é nos corredores de transporte coletivo. Quanto aos miolos, as ZERs estão nos miolos, a Zona Mista está no miolo - 1, 2, 3 -, nós podemos ter outras categorias, outras volumetrias, outras possibilidades de garantir, então, essa diversidade que tem que ter a Cidade, e toda com melhor qualidade.

Assim, a Zona de Centralidade Linear também precisa recuperar a sua permeabilidade onde não tem; se tiver estacionamento, tem de ter estacionamento permeável, deve ter programas de melhoria da qualidade de paisagem. Por exemplo, retirar fiação em alguns casos. Quer dizer, melhorar a qualidade e criar um centro de bairro, uma capacidade de um centrinho de bairro, que é uma coisa muito interessante.

Acho - minha opinião - que ZERs muito extensas, que não têm nenhum tipo de espaço de comércio local próximo, relativamente próximo das casas, vai contra o espírito do Plano Diretor, que é um espírito de as pessoas morarem e poderem se deslocar a pé, 300,

400, 500 metros - isso tem de ser discutido na Lei de Uso e Ocupação do Solo -, para ter um pequeno comércio local. E esse é o espírito do princípio da Cidade Jardim, quando ela foi criada, inclusive, que era de haver centros comerciais em áreas, em bairros que fossem residenciais.

Portanto, acho que esse debate tem sido último para tentarmos aproximar. Inclusive acho que temos de chegar numa redação de consenso em relação a esse assunto, que é uma diretriz geral, porque a discussão de fato vai se dar com, inclusive, discussão de características específicas da zona, uso específico. Aí, acho que Fernando poderá falar como vai se dar o processo e a discussão da Lei de Zoneamento, que vai discutir essas particularidades dentro de um princípio geral.

Então, é isso, gente. Desculpem-me chegar atrasado, quer dizer, faltar e falar aqui. Mas acho que participei de 50 e tantas audiências públicas. Acho que já ouvi todas as várias questões aí que foram levantadas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI - Os próximos passos, a partir dessa audiência: nós, aqui, os Vereadores, agora vão ter de acertar esses pontos. Temos várias emendas, serão recepcionadas ou não num texto, um texto final, vamos dizer assim, para ir a votação. Isso vai depender, então, das várias bancadas acordarem um texto - isso vai depender, então, de as várias bancadas acordarem um texto e, é claro, com o "de acordo" do Governo, da Liderança de Governo. Os Srs. Vereadores da Comissão de Política Urbana são... As principais bancadas participam dessa Comissão. Assim, vão também discutir os pontos mais polêmicos. Vamos fechar um texto. Nós vamos discutir ainda qual vai ser o processo de tornar público. Ele só se torna um substitutivo, neste momento, a partir do momento em que ele se abre à discussão em Plenário e ele é protocolado - certo? - para todos saberem.

As emendas que tivemos - são propostas de emendas - e os substitutivos só podem ser protocolados quando é aberta a discussão. Então como é que acontece isso? O

projeto tem de ir para a pauta do plenário, aí ele vai para discussão, abre-se a discussão, tem um acordo de lideranças para colocá-lo em discussão.

Iniciada a discussão, vários Vereadores falarão sobre o Plano Diretor, que é o Projeto de Lei 688/13. Durante o período de discussão, serão protocolados substitutivos eventuais, um substitutivo ou mais do que um – dependendo de como foram os acordos das Bancadas e de Vereadores – e eventuais emendas.

É claro que o Vereador que teve uma emenda que não foi acatada num substitutivo que seria esse – o de consenso ou de máximo possível de consenso – poderá apresentar a emenda em separado. Daí, então, quando for à votação, serão votados, em primeiro lugar, os substitutivos que passarem pelo Congresso de Comissões e forem aprovados, se forem aprovados todos ou um só nesse congresso, em seguida, vai, primeiro, o substitutivo em votação, então ele é aprovado – ou rejeitado -, mas, supostamente só vai para votação com esse acordo, para, em seguida, votarem-se as emendas que forem apresentadas em plenário.

Então qual é nossa ideia? Sempre haverá a publicação do texto antes de votar, pois vamos fazer a discussão, protocolar substitutivo, publicá-lo e, daí, a votação terá de se dar, necessariamente, em outra sessão, em outro dia. Então teremos, no mínimo, dois dias.

Agora, é claro, que pode ter uma emenda que pode ser protocolada e aprovada que esteja fora do texto, ou que será rejeitada, ou aprovada, dependendo da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) – Vinte e três votos se rejeita também a emenda.

O SR. NABIL BONDUKI (PT) – Vinte e três votos rejeita uma emenda ou rejeita o Plano Diretor. E 33 votos aprova. Eu gostaria que ele estivesse 55 votos aprovando. Essa é a nota meta. Isso significaria uma coesão da Cidade em torno do projeto, mesmo que exista eventuais divergências localizadas que, daí poderíamos discutir-se emendas. Mas não sei se vamos conseguir isso, mas seria muito positivo para São Paulo que tivéssemos esse grande acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange - PTB) – Gostaria de passar a palavra direto ao Fernando, para encerramento.

-Manifestação fora do microfone.

O SR. NABIL BONDUKI (PT) – Vai depender da maneira como vamos trabalhar.

A princípio, ele poderia ser publicado no site da Câmara, não como um substitutivo, mas como uma proposta de substitutivo.

Ele, substitutivo mesmo, só em plenário. Ele pode ser uma proposta de substitutivo publicado, eventualmente, antes.

O SR. DALTON SILVANO (PV) – Sr. Presidente, pela ordem, é que tem várias formas.

Esse projeto, na minha opinião, é diferente de todos os demais onde se pode publicar o substitutivo, até minutos antes de encerrar a discussão.

Pelo menos, na minha opinião, tenho insistido, viu Maurício, para que todas as emendas, todos os substitutivos sejam consensuados com as Bancadas para evitar o substitutivo de última hora. Esse é meu pensamento, que tenho experiência nessa Casa, inclusive, de Regimento.

E qual seria a ideia? Quando se abre a discussão, você já pode protocolar o substitutivo.

Então, Vereador Nabil Bonduki, gostaria de propor: aberta a discussão – que pode ser, no mínimo, de duas horas, mas normalmente vai de três a cinco horas – já se publica, já se dá entrada no substitutivo que foi consensuado, pelo menos entre a Comissão e os Vereadores – para que ele já seja publicado e, no dia seguinte, começa a discussão em cima do substitutivo publicado. Esperando, assim, que se houver consenso entre as Bancadas, que não se tenha aquelas emendas de última hora.

Sei que é muito difícil, pois o Vereador que não for contemplado, ele vai querer fazer uma emenda para corrigir, pois é regimental e não podemos ir contra o Regimento. Mas

podemos, sim, buscar um entendimento para que os Vereadores não apresentem aqueles substitutivos para obstruir. Porque tem isso também.

Às vezes, a Bancada quer obstruir e, na última hora, apresenta o substitutivo, troca-se três, quatro páginas, e, regimentalmente, é possível, mas só do ponto de vista da obstrução. É isso que tenho falado e insistido muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) – Para encerrar então, Dr. Fernando Mello Franco.

O SR. FERNANDO MELLO FRANCO – Agradeço a presença e a participação de todos e apenas gostaria de pontuar uma questão para que fique muito clara, qual seja a compreensão de como entendemos o Plano Diretor.

Acho que, aqui, todos trouxeram inúmeros pleitos, não que eu concorde com todos, até porque é impossível concordar com todos, até porque alguns são conflitantes, mas os pleitos são absolutamente legítimos.

E como a gente concilia essa diversidade de pleitos, legítimos, alguns muito circunscritos, alguns muito localizados, alguns muito pessoais, com a compreensão de que vivemos numa metrópole que é um grande complexo e único ecossistema urbano. Precisamos de estratégia.

Eu acho o planejamento fundamental, não tenho a menor dúvida quanto a ele. Mas não defendo, aqui, um planejamento totalizante. O que é um planejamento totalizante? É aquele que vai, de uma tacada só, pintar todos os milímetros quadrados de um mapa e estabelecer, com rigidez, o que tem de ser. Pelo contrário, eu acho que temos de pensar em algumas ações que possam contemplar as dinâmicas da Cidade, possam contemplar a capacidade de um instrumento de lei, não sendo um instrumento congelante, mas ser um instrumento indutor da transformação. E, portanto, que possa anunciar certas dinâmicas.

Qual é nossa opção? Nossa opção é muito clara. No momento de elaboração do primeiro projeto de lei que foi encaminhado à Câmara, nós identificamos aquilo que

consideramos que seja sistêmico, que tenha capacidade de se relacionar com cada um dos segmentos da Cidade, independente do seu tamanho e da sua complexidade. E para estabelecer certas regras comuns para, a partir disso, então, possibilitar a recepção desses pleitos mais localizados.

Então, pegarei uma metáfora que talvez fique mais fácil de entendermos. Há um jogo que acho ser uma das maiores invenções que já se fez: o jogo de Lego. Todos vocês conhecem. O Lego é uma maravilha porque estabelece uma lógica, um critério, uma série de peças que podem ser combinadas nas mais infinitas combinações.

Entretanto, o Lego estabelece algo que é fundamental: um sistema de encaixa de universal de todas e entre todas as peças. Ele estabelece uma medida comum. O nosso propósito com o Plano Diretor é, primeiro, conceber uma lógica que possa ser sistêmica. Segundo, estabelecer esses critérios de encaixa entre todas as peças. E terceiro, que essas peças são o que? São: o zoneamento, as zonas, os instrumentos etc.

E, depois, dar uma caixa para cada um de vocês poderem conceber e debater a sua montagem, a sua construção. É o que pretendemos fazer nas próximas etapas que virão após o PDE. E somente essas etapas, eu acredito, é que vão poder contemplar esses pleitos de vocês.

No Plano Diretor, não se vai conseguir contemplar integralmente, mas precisamos do Plano Diretor como essa lógica e o estabelecimento dessa medida comum, dessa lógica de articulação das peças.

Portanto, eu acho que temos muito a ganhar se o Plano Diretor for aprovado tão logo quanto possível, justamente para que possamos continuar e aprofundar esse debate que é muito legítimo nas próximas etapas que serão, definitiva e absolutamente, realizadas da forma participativa e transparente com a qual nós temos encaminhado esse processo todo.

Então eu acho que nós podermos avançar é fundamental para que nos aproximemos desses pleitos legítimos, ainda que conflitantes, de cada um de vocês. Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange – PTB) – Agradeço a presença do Vereador Ricardo Young, sempre presente aqui conosco.

Obrigado a todos vocês que estão presentes.

Dr. Maurício, mais uma vez, muito obrigado pelo carinho, pelo tempo que dispensa a essa Casa, sem almoço – aliás, todos nós – mas foi muito proveitoso. Foram 40 inscritos e os 40 falaram.

Acredito que, cada vez mais, nos aproximamos do que a audiência pública representa.

Muito obrigado. Tenham todos uma boa tarde.
